

## CABO VERDE ENTRE CENSURA E CONFIANÇA

Págs. 12 e 13



### Pedro Pires vai a Angola com mega delegação

O presidente da República inicia na próxima quinta-feira uma visita oficial a Angola. Pedro Pires faz-se acompanhar por uma comitiva de cerca de sessenta integrantes, metade dos quais empresários, alguns estabelecidos nos EUA. Esta é a maior delegação oficial já montada em Cabo Verde para uma missão ao exterior.

Pág. 2

### Professores/condutores na mira do delegado escolar

O caso dos professores-condutores está a originar desentendimentos na Delegação do MEES, em Porto Novo. De um lado, o Delegado que defende que a situação põe em causa a imagem dos professores. Do outro, os professores que defendem que não são os únicos a acumular funções.

Pág. 20

## Reformas de miséria

In Suplemento

### UCID continua bicéfala

Pág. 14

#### → ECONOMIA

Farinha de Trigo mais barata

Cifrão

#### → DESPORTO

Penha divide Sporting e Boavista

Lance

#### → ACTUALIDADE

Vital Moeda ameaça deixar magistratura

Pág. 5



Os bens da sua casa estão bem protegidos?  
Continue a descansar mesmo depois das férias.

**GARANTIA Lar** - Seguro Multi-Riscos

Esteja de férias ou em trabalho, os seus bens estão sempre salvaguardados com o seguro **GARANTIA Lar**.

Conheça em pormenor este produto numa Agência da **GARANTIA**.



**GARANTIA**  
SEGUROS  
mais perto de si!

www.garantia.cv

# Pedro Pires vai a Angola

O presidente da República inicia na próxima quinta-feira uma visita oficial a Angola. **Pedro Pires** faz-se acompanhar por uma comitiva de cerca de sessenta integrantes, metade dos quais empresários, alguns estabelecidos nos EUA. Esta é a maior delegação oficial já montada em Cabo Verde para uma missão ao exterior.

Esta visita de Estado de Pedro Pires a Angola vai durar dois dias 4 e 5 de Dezembro e prolonga-se por outros dois, agora a título privado, soube **A Semana**. O PR retribui assim a visita que o seu homólogo José Eduardo dos Santos fez a Cabo Verde em 2004, a partir da qual as relações políticas e empresariais entre Praia e Luanda conheceram um novo e importante impulso. Prova disso é, por exemplo, a inauguração na semana passada do Banco Africano de Investimentos (BAI), uma das maiores instituições financeiras daquele país, que abre também o caminho a outros bancos angolanos (ver **Cifra**). Foi também a partir da visita oficial do PR de Angola que traineiras cabo-verdianas passaram a operar em águas angolanas.

Esta visita de Pedro Pires a Angola coincide, de resto, com a comissão mista entre os governos dos dois países, a ter lugar em Luanda. Encabeça a delegação governamental cabo-verdiana, que inclui responsáveis de vários departamentos do Estado, o ministro Manuel Inocêncio Sousa, soube também **A Semana**.



Decorridos quatro anos sobre a visita de José Eduardo dos Santos a Cabo Verde, Praia e Luanda vão para a sua 2ª comissão mista com um olhar crítico sobre as relações institucionais. É que estas até agora têm andado um pouco desfasadas das relações políticas existentes entre os seus dirigentes e um pouco lentas para o dinamismo económico que desponta no horizonte, pelo menos a nível financeiro. Por isso os governos vão ver o que é preciso fazer para torná-las ainda mais efectivas. A ocasião, apurou ainda este jornal, deve ficar assinalada com a assinatura de pelo menos mais dois instrumentos de cooperação, um acto a ser presenciado pelos dois chefes de Estado, Pedro Pires e José Eduardo dos Santos.

Mas além do aspecto político, esta missão a Angola vai ter um forte pendor empresarial. É assim que dos seus cerca de 60 integrantes, pelo menos metade são empresários de vários ramos de actividade, nomeadamente da construção civil, turismo, imobiliária farmácia, etc. Desse grupo, uma parte (cerca de 10) vem dos EUA e a sua inclusão na comitiva presidencial é um sinal do esforço que a “*mãe-terra*” tem estado a realizar no sentido de envolver, cada vez mais, os empresários da diáspora nas oportunidades de negócios criadas a partir de Cabo Verde.

Entretanto, cumpridos os dois dias de programa oficial, Pedro Pires reservou igual período para uma visita privada. Isto é, nestes dois dias restantes ele conta visitar o seu velho amigo Lúcio Lara, histórico do MPLA, que se encontra doente há já algum tempo mas que, mesmo assim, mantém a Fundação Tchyweka, depositária da “*memória*” dos movimentos de libertação dos países de língua portuguesa, em especial de Angola. PP manterá ainda vários outros contactos, nomeadamente com cidadãos cabo-verdianos que, ao terem tomado conhecimento da sua deslocação àquele país, manifestaram interesse em serem recebidos pelo seu PR.

Angola é, de resto, um país onde Pedro Pires possui um grande prestígio pessoal e político. Afinal, muitos dos dirigentes angolanos são seus amigos desde os imemoriais tempos da luta de libertação. A juntar a isso, esta é a primeira missão oficial cabo-verdiana àquele país, depois das eleições legislativas que em Setembro deram ao MPLA uma vitória estrondosa, com mais de 80 por cento dos votos.

# Congresso vai reconfirmar liderança da CCSL

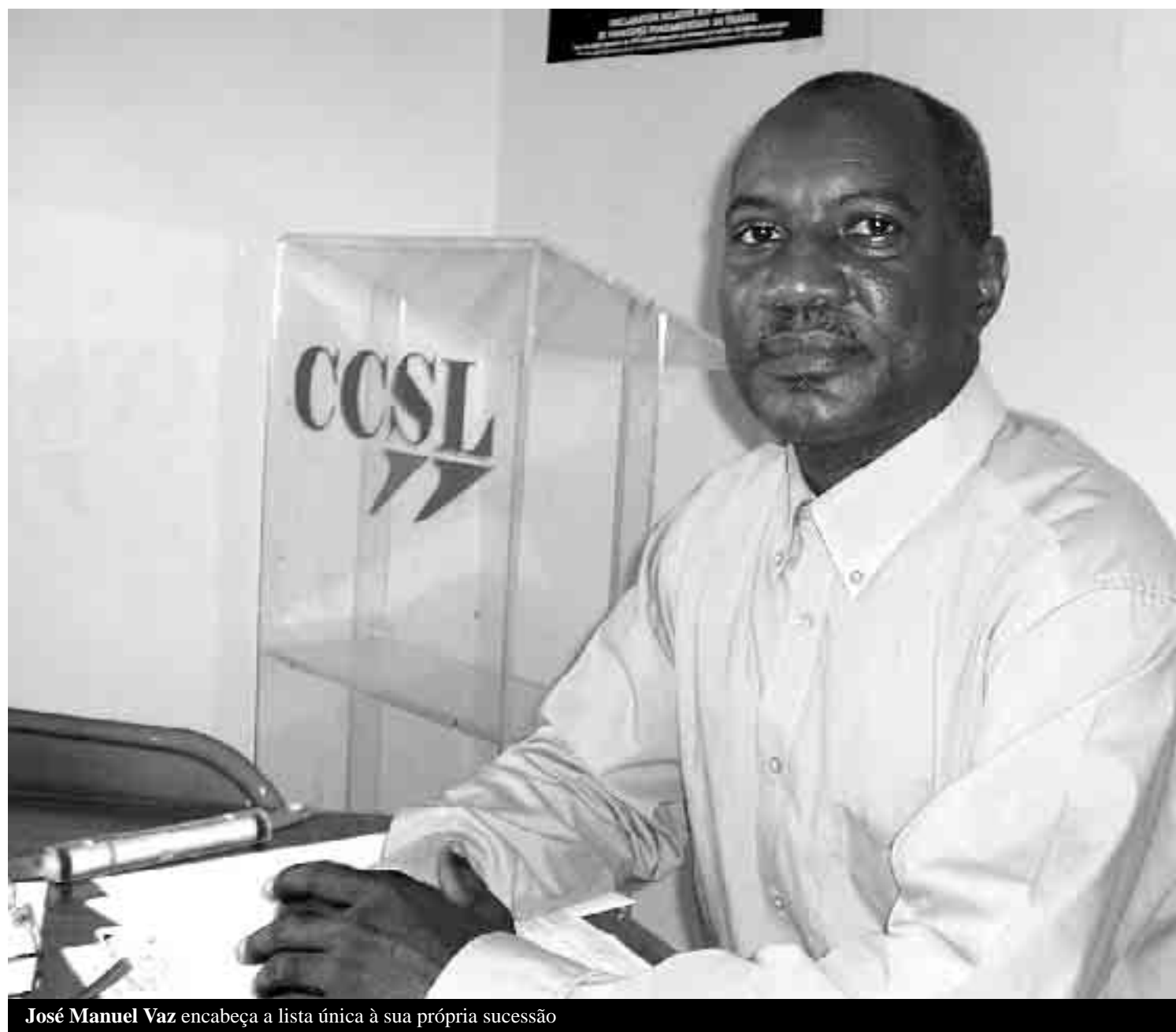
O III Congresso Ordinário da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres (CCSL) arranca, finalmente, nesta-sexta-feira, 28, na Praia. Além de analisar as questões quentes do mundo laboral nacional, a magna assembleia deverá resolver o problema da legitimidade dos órgãos nacionais eleitos desde 1999. E na corrida para a liderança está uma lista única, encabeçada pelo actual presidente, José Manuel VAZ, que concorre à sua própria sucessão.

ALÍRIO DIAS DE PINA

**P**revisto para acontecer em Junho último, esse congresso ordinário da CCSL só se realiza agora e longe dos holofotes da comunicação social, depois de resolvidos os problemas de natureza operacional e logística.

O evento decorrerá sob o lema “*Trabalho digno para todos*” e contará com a participação de 250 delegados, representando as organizações sindicais de todas as ilhas do país filiadas na mesma central sindical.

Apreciar o novo Código Laboral é o principal ponto da agenda da reunião magna dos sindicalistas livres. Estes trazem de Portugal o jurista José Luís Andrade para dar uma formação sobre a lei do trabalho. O Salário Mínimo, a luta contra o HIV-SIDA



José Manuel Vaz encabeça a lista única à sua própria sucessão

nos locais de trabalho, o trabalho infantil em Cabo Verde e o Orçamento do Estado são outros temas a serem discutidos, na Praia, durante o Congresso.

A ocasião servirá ainda para a CCSL eleger os seus órgãos sociais, por renovar há mais de nove anos. Na corrida há uma lista única, em que o actual presidente, José Manuel Vaz, concorre à sua própria sucessão.

E mesmo que os analistas da praça falem em vira o disco e toca o mesmo, pois José Manuel Vaz e boa parte dos sempre eternos dirigentes da CCSL vão continuar nos mesmos postos e desempenhando

quase que as mesmas funções desde que foi criada esta central Sindical surgida nos anos 90 pelo MpD.

O congresso pelo menos vai resolver o problema da caducidade de mandato dos actuais corpos gerentes da CCSL, que foram eleitos desde 1999. É que há muito a legitimidade dos mesmos era, por isso, posta em causa entre sindicalistas, já que todos estavam fora do prazo de validade desde 2003.

Sobre este particular, José Manuel Vaz havia afirmado que o problema da legitimidade dos órgãos ficara salvaguardada com a decisão do Conselho Geral, que adiou

para este mês o congresso.

Fundada em 1992, a Confederação Cabo-verdiana de Sindicatos Livres integra 19 sindicatos filiados e uma federação de sindicatos dos professores. A mesma conta, segundo os dados internos avançados pelo seu actual presidente, com 20 mil sócios. Uma cifra que contraria o estudo sobre a representatividade sindical patrocinado pela OIT e realizado em 2004 pelo governo, que concluiu que nove em cada 10 trabalhadores sindicalizados em Cabo Verde pertencem à UNTC-CS, considerada, por isso, a maior central sindical do país.

**MODERNO**

UMA FIRMA EFICIENTE PARA LHE SERVIR

**RentAuto, Lda.**  
A SUA EMPRESA DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS

Tel: 231 51 52 / Im: 541 85 85 - 548 85 52 / Fax: 232 74 70 / Rua Praia, Praia - 93 - Mindelo  
Tel: 231 96 64 / Im: 595 86 92 / Fax: 231 97 06 - 232 74 70 / E-mail: stancinadom@ovtscab.com.cv / oficinastand@ovtscab.com.cv

Avenida Manuel de Matos - CP 861 - Mindelo - S. Vicente - Cabo Verde

# Vital Moeda ameaça deixar Magistratura

A Magistratura cabo-verdiana poderá perder um dos seus principais actores, se o Procurador da República Vital Moeda consumir a sua ameaça de abandonar o cargo que exerce na ilha do Sal. Jovem e determinado, Vital Moeda tem-se destacado como um Procurador destemido, que teve a coragem de abrir o processo mais caro na história recente da Justiça cabo-verdiana, contra um grupo de empresas imobiliárias, acusadas de delapidarem a reserva ecológica da ilha estando a cometer um crime ecológico por extraírem ilegalmente inertes na ilha do Sal. Além disso, foi ele quem representou o Ministério Público no mediático caso do assassinato das duas turistas italianas e que resultou na condenação a 25 anos de prisão dos dois assassinos.

Texto: KIM-ZÉ BRITO

Segundo o apurado, Moeda deixou escapar – durante uma formação para mulheres vítimas de maus-tratos – a sua intenção de abandonar a Magistratura no próximo mês de Janeiro, por motivos que se prendem com a falta de condições para o exercício efectivo da actividade em Cabo Verde. Contactado a propósito desta informação, Vital Moeda começou por deixar claro as suas reservas em abordar este tipo de assunto na imprensa. Até porque, como diz, nem considera a sua eventual abdicação do cargo uma verdadeira notícia.

O certo é que Vital Moeda se mostra insatisfeito com as

condições em que trabalham os Magistrados cabo-verdianos e pondera mesmo bater com a porta no início do próximo ano. “Em vez de haver incentivos, criam-se cada vez mais obstáculos ao funcionamento da Magistratura”, deixa escapar, esclarecendo que as reivindicações dos homens da Justiça não têm a ver apenas com a questão salarial. Aquilo que querem, na perspectiva de Vital Moeda, é uma verdadeira autonomia para não ficarem dependentes da boa vontade dos políticos.

Apesar de não admitir isso frontalmente, Moeda deixa escapar alguma insatisfação pessoal por causa do chumbo, aplicado

no Parlamento, à proposta de aprovação dos Estatutos dos Magistrados. Esse desenlace, na sua opinião, é mais uma prova de que Cabo Verde ainda não quer munir-se de uma verdadeira Magistratura.

“Conseguimos uma boa produtividade este ano na ilha do Sal, mas fomos apenas motivados pelo nosso amor à profissão. E, sentimos dizer isso, não vai haver um reconhecimento por esse esforço”, desabafa o jovem Procurador, um dos poucos que expressamente defendem uma Justiça próxima da população. É que, a seu ver, as pessoas têm o direito de saber como decorrem os processos nos tribunais. E mais não disse.



## Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

# De porto em porto até si.

	VOY	22.838	22.840	22.841	22.842	22.843	22.844	22.845	22.846	22.847	22.848	22.901	22.902
<b>LE HAVRE</b>	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Watson Brown etd	16 Out	---	---	---	---	13 Nov	---	---	26 Nov	---	14 Dez	---	06 Jan
<b>ANTWERP</b>	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
ACSAS2 etd	16 Out	---	---	---	---	13 Nov	---	---	26 Nov	---	14 Dez	---	06 Jan
<b>ROTTERDAM</b>	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Cross Ocean etd	16 Out	---	---	---	---	13 Nov	---	---	26 Nov	---	14 Dez	---	06 Jan
<b>LEIXÕES</b>	eta	21 Out	---	06 Nov	06 Nov	---	24 Nov	24 Nov	02 Dez	10 Dez	20 Dez	04 Jan	08 Jan
Transinsular etd	22 Out	---	07 Nov	07 Nov	---	---	25 Nov	25 Nov	02 Dez	10 Dez	20 Dez	05 Jan	12 Jan
<b>LISBOA</b>	eta	23 Out	29 Out	02 Nov	07 Nov	19 Nov	26 Nov	26 Nov	03 Dez	11 Dez	22 Dez	06 Jan	13 Jan
Transinsular etd	25 Out	30 Out	05 Nov	08 Nov	25 Nov	27 Nov	26 Nov	03 Dez	11 Dez	22 Dez	06 Jan	13 Jan	13 Jan
<b>LAS PALMAS (a)</b>	eta	05 Nov	---	---	19 Nov	28 Nov	30 Nov	---	06 Dez	---	25 Dez	09 Jan	16 Jan
Bérge etd	06 Nov	---	---	---	21 Nov	29 Nov	30 Nov	---	06 Dez	---	25 Dez	09 Jan	16 Jan
<b>SÃO VICENTE</b>	eta	09 Nov	---	12 Nov	---	02 Dez	---	01 Dez	09 Dez	16 Dez	26 Dez	12 Jan	19 Jan
CSA etd	09 Nov	---	13 Nov	---	03 Dez	---	---	02 Dez	09 Dez	17 Dez	28 Dez	12 Jan	19 Jan
<b>PRAIA</b>	eta	10 Nov	---	14 Nov	---	04 Dez	---	03 Dez	10 Dez	18 Dez	29 Dez	13 Jan	20 Jan
CSA etd	13 Nov	---	17 Nov	---	06 Dez	---	---	04 Dez	11 Dez	19 Dez	30 Dez	14 Jan	21 Jan
<b>BISSAU</b>	eta	---	06 Nov	---	20 Nov	---	03 Dez	---	13 Dez	---	01 Jan	16 Jan	23 Jan
Agemir etd	---	08 Nov	---	21 Nov	---	---	04 Dez	---	14 Dez	---	02 Jan	17 Jan	24 Jan
<b>LEIXÕES</b>	eta	19 Nov	---	24 Nov	---	14 Dez	---	10 Dez	20 Dez	24 Dez	06 Jan	23 Jan	30 Jan
Transinsular etd	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Obs.: (a) Subject inducement  
Feeder from Rotterdam to Leixões

**SANTIAGO – PRAIA**  
João Nunes  
Rua Visconde S. Januário nº12 – Caixa Postal 501 – PRAIA  
Tel: +238 2 611179 \* Fax: +238 2 611198  
e-mail: csa.com@cvtelecom.cv

**S. VICENTE – MINDELO**  
Lucas Monteiro  
Rua Angola – Prédio Miguel Coronel R/C – MINDELO  
Tel: +238 2 322750 \* Fax: +238 2 32275  
e-mail: csa.vxe@cvtelecom.cv






## Será

### Cesária Évora pelos seropositivos

Cesária Évora abraçou a causa da luta contra a Sida e vai subir ao palco da Assembleia Nacional este domingo, 30, para um espectáculo em favor da Associação Renascer. *“Mais do que angariar fundos, este show é para sensibilizar as pessoas para o flagelo do HIV/Sida”*, afirma Evna Fonseca, responsável desta associação.

A missão principal da Renascer é trabalhar o apoio psicossocial, mas também distribui cestas básicas a cerca de 30 famílias. O problema é que desde Junho que o CCS-Sida, entidade parceira da Associação, deixou de financiar essas cestas por falta de verba e, por isso, a Renascer teve que procurar outros meios de financiamento. *“Daí a importância deste evento, que até pode não significar muitos lucros para a Associação, mas é uma forma de toda a sociedade saber do nosso trabalho e que existimos”*, afirma Evna Fonseca.

A Renascer apoia 56 famílias que viram o vírus do HIV/Sida entrar-lhes nas suas vidas, uma realidade com a qual têm que lidar todos os dias. Um psicólogo faz visitas ao domicílio e assegura aquele que é considerado como o serviço mais importante da associação: um ombro amigo e ouvidos para escutar. *“O seropositivo tende a desenvolver quadros de depressão, o que lhe reduz as defesas e facilita o aparecimento de doenças oportunistas, que podem ser mortais”*, afirma Evna Fonseca, para quem *“a aposta na auto-estima é a prioridade”* nesse combate pela esperança e pela vida.

A associação conta com a ajuda dos voluntários do Centro da Juventude, mas também a dos próprios seropositivos que recorrem à Renascer em todas as suas actividades. Neste ano, 14 jovens em risco (seropositivos, toxicodependentes, etc.) tiveram a oportunidade de se formarem em cultura hidropónica, frequentaram ateliers para aprenderem a arte do batik ou fazer bijuterias, enfim, formas de *“empoderamento”* destas pessoas.

O concerto de Cesária Évora acontece no domingo, dia 30 de Novembro, na véspera do Dia Mundial de Luta contra a Sida que se assinala a 1 de Dezembro. O evento, cuja primeira parte fica a cargo de Princezito, está a ser organizado pela Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade e pela Fundação Cize. O espectáculo está marcado para as 21 horas, com o bilhete a custar 1000 escudos. Quem for ao Show na AN, além de ouvir a rainha da música cabo-verdiana, Cesária Évora, estará a contribuir para uma causa nobre. A Semana também está a vender bilhetes para o este grande espectáculo.



## Facto da semana



### Acidente de bote ceifa a vida de quatro pessoas no Fogo

Da festa à tragédia. Quatro pessoas das localidades de Luzia Nunes e de Lacacã, ilha do Fogo, encontraram a morte sábado passado, quando o bote de boca aberta, acabado de baptizar, afundou devido à carga excessiva que transportava. Das 14 pessoas que estavam no bote, quatro morreram afogadas, três mulheres entre os 25 e os 45 anos, e uma criança de um ano.

Tudo terá acontecido por volta das 18 horas, quando um grupo de pessoas foi baptizar a embarcação, com cerca de seis metros de comprimento. E nem o mar revolto, que se fazia sentir nessa

tarde, impediu a *“aventura”*, com as 14 pessoas comprimidas em tão exíguo e frágil espaço a insistirem em cumprir a tradição. Portanto, negligência e irresponsabilidade dos próprios visados (excepção feita aos menores) são as causas principais desta tragédia que enlutou a ilha do Fogo na noite de sábado para domingo.

Testemunhas contam que tudo começou quando um dos ocupantes do bote pisou e quebrou uma tábua do fundo da embarcação por onde começou a entrar a água. De imediato instalou-se o pânico e o *“salve-se quem puder”*, tendo-se atirando todos à água sabendo ou não nadar.

Uma hora depois, a Polícia

Nacional conseguiu providenciar o salvamento das pessoas, depois de alertada para o que se estava a passar por três dos ocupantes do bote que conseguiram nadar até alcançar a terra. Balanço feito, sete dos sinistrados foram resgatados com vida e o resgate dos restos mortais dos quatro restantes elementos aconteceu por volta das 22 horas.

Esta tragédia enlutou a ilha do Fogo, em especial os povoados de Luzia Nunes e de Lacacã, residência dos sinistrados. Resta saber se a culpa morre solteira ou se serão apuradas as responsabilidades sobre o ocorrido.

Nicolau Centeio

## Aconteceu

### Migração entre França e Cabo Verde facilitada

Já está firmado o acordo bilateral de *«gestão concertada»* dos fluxos migratórios entre França e Cabo Verde. A partir do primeiro trimestre de 2009, os cabo-verdianos de várias categorias profissionais poderão *“estabelecer-se”* por curtas temporadas em França mediante acordos de trabalho, dando assim corpo à mobilidade circular.

Mas esta parceria não fica por aqui. A França quer fazer de Cabo Verde um exemplo daquilo que pode ser uma *«emigração proveitosa»* para ambos os países, o receptor e o emissor. O que recebe – neste caso a França - fica

a ganhar mão-de-obra legal, mas que não acarreta tantos encargos sociais. Já quem emigra vai com a segurança de um trabalho fixo, sem se ver obrigado a ficar naquele país *“para sempre”*, podendo deslocar-se entre Cabo Verde e França regularmente, conforme os trabalhos sazonais que vão aparecendo.

Mas o acordo não contempla apenas aspectos laborais. Prevê também a possibilidade de viagens de saúde, intercâmbio cultural e outras modalidades que poderão contribuir para o aumento do fluxo de passageiros entre França e Cabo Verde.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, José Brito, e o ministro francês da

Imigração e da Integração, Brice Hortefeux, rubricaram esta segunda-feira, 24, o documento que concretiza a declaração comum sobre a parceria para a mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde.

A par da Moldávia, Cabo Verde é, recorde-se, um dos países com os quais a UE decidiu realizar este tipo de experiência migratória. E este é, de resto, um dos primeiros resultados do acordo de parceria entre Praia e Bruxelas assinado há um ano. No caso da França, além de Cabo Verde, o Egipto e o Burkina-Faso fazem parte do grupo de seis países com os quais Paris resolveu implementar esta forma de *«migração controlada»*.



# Ganhadores?! A dedo

**A** odisseia do Governo no sector de energia e água teve um novo desenvolvimento com a publicação do decreto lei nº 36/2008 de 10 de Novembro. A partir de agora, o Governo pode *adjudicar a concessão de produção de água e energia por ajuste directo* a entidades privadas, no quadro de parcerias público-privadas.

No preâmbulo do decreto-lei referido, o Governo justifica essa decisão: a urgência em abastecer as populações com água e energia não se compadece com a realização de concurso público para a escolha de parceiro estratégico. E, por ser urgente, a escolha é a a dedo, a ser feita pelo ministro de economia (artigo 3º, nº 3). E para tornar a parceria apetecível, garante-se **30 anos** de exclusividade (artigo 10º, nº 4).

É este o desfecho encontrado para a saga da Electra: *A constituição de monopólios privados na produção de água e energia sem qualquer responsabilidade no transporte e distribuição às populações*. Um desfecho previsível, quando durante quase cinco anos se faz uma gestão desastrosa da relação com um parceiro estratégico de envergadura mundial como a EDP. Também previsível quando, ao convidar o parceiro a sair, ele fica liberto da promessa de conseguir financiamento no valor de 250 milhões de dólares para, em quinze anos, investir em energia e água. Ainda previsível quando se deixa a Electra atolada em dívida, porque fica sozinha com a dívida dos 70 milhões de dólares dos investimentos iniciais nos geradores e dessalinizadores da Praia, S. Vicente e Sal, e as tarifas são geridas politicamente, absorvendo a empresa o diferencial entre os seus custos e o preço de venda ao público.

O conflito ideológico que rodeou as privatizações em Cabo Verde sempre obscureceu as razões de fundo por que se devia abrir vastos sectores da economia à iniciativa e gestão privadas. Privatiza-se, para se libertar o Estado da necessidade, via orçamento, de cobrir as ineficiências e os custos excessivos das empresas públicas. Ao fazer isso controla-se o défice, melhora-se a qualidade das despesas e contém-se a inflação. Privatiza-se, para ganhar, em sectores-chave da economia, uma outra capacidade de financiamento quanto ao volume de capitais a mobilizar quanto à definição do *timing*, do momento certo de investimento. Privatiza-se, ainda, para que haja dinâmica e inovação na gestão e para uma menor submissão das decisões económicas a constrangimentos políticos partidários do Estado.

São todas essas razões que foram atiradas ao ar quando o Governo deixou argumentos de campanha eleitoral persistir no seu discurso e permear as suas decisões. O que o Sr. Primeiro-Ministro há dias chamou de cancros, a Electra e a TACV, são exemplos paradigmáticos do que foi permitido acontecer. A Electra foi o palco da luta pelo resgate da terra supostamente

***O Governo parece estar a engajar-se num processo de “pick the winners” de “escolha dos ganhadores” que noutras paragens conduziram ao nepotismo, ao clientelismo e à corrupção. Foi descuidado com a gestão dos terrenos e, outra vez, para obter ganhos políticos instantâneos e contornar erros graves de governação, trilha caminhos duvidosos. Até se envereda por oferecer subsídios, sem concurso público, a empresas de transporte marítimo que só prevêem operar em Janeiro de 2010 (Resolução nº38/2008 de 17 de Novembro).***

”

vendida. A TACV sofreu com incursões de gestão que procuraram provar que privatizar era desnecessário. O Estado tem pago em milhões de contos os resultados dessas folhas. Os indivíduos e a sociedade perderam em confiança, oportunidades e qualidade de vida.

Privatizações implicam o reforço do papel regulador e fiscalizador do Estado. E o reforço da função central do Estado na defesa do interesse público, em termos, designadamente, de previsibilidade, qualidade e preço de produtos. Garantir um ambiente de concorrência é, portanto, fundamental. E tal ambiente cria-se com a regulação e a fiscalização necessárias ao desenvolvimento de mercados, à inovação de processos e produtos, à melhoria da qualidade e à prática de preços justos. A existência de monopólios públicos ou, pior ainda, de monopólios privados é o que se deve evitar.

Monopólios naturais existem, a rede eléctrica é um deles, e recaem normalmente sobre bens de domínio público. São normalmente objectos ou de gestão directa do Estado ou de concessão. No caso de concessão, é por tempo limitado e envolvem investimentos programados, condições de prestação de serviço público estabelecidas, tarifas determinadas em concertação com autoridades reguladoras e devolução dos bens ao Estado no fim da concessão.

Na privatização da Electra foi liberalizada a produção de energia e água e foi assinado, em 2002, um contrato de concessão da rede pública. Com a perda do parceiro estratégico e a, de facto, nacionalização da empresa, o Governo rapidamente mostrou-se incapaz de equacionar e resolver os problemas de energia. Nos discursos e entrevistas de membros do Governo sobre o sector era evidente o desnoite. Todos os dias surgiam novas soluções: produtores independentes, incineradora da Praia a produzir energia, energias renováveis, aproveitamento de gradiente térmico oceânico, energia das ondas do mar. Chegou-se mesmo a falar na energia nuclear.

A realidade é o que já se sabia à partida. Dificilmente o Estado consegue financiamentos vultuosos, e no tempo certo, para fazer os investimentos estratégicos que se impõem. Na falta de capacidade de investimento e pressionado por razões políticas, o Governo opta por entregar ilhas ou municípios inteiros a privados. Como parece acontecer com a Boavista. E, segundo o referido decreto-lei, como já está decidido para os municípios de Santa Catarina, São Lourenço dos Órgãos, São Miguel e São Salvador do Mundo.

Pergunta-se, quais são os ganhos para o País, para os consumidores, e para os operadores e investidores. No contexto de baixa de expectativas ou mesmo de resignação que se vinha verificando com a progressiva implosão da Electra qualquer coisa parece ser um ganho. A realidade é, porém, muito diferente. E os

custos serão enormes, para todos.

Á vista desarmada pode-se notar que, *primeiro*, ao entregar mercados potencialmente ricos e em expansão como o da Boavista e do Sal a produtores privados e deixar a Electra a operar nas outras ilhas só se precipita ainda mais o seu colapso. O bife de lombo é entregue a um enquanto outros ficam com o osso para roer. *Segundo*, com os produtores privados não se vê qualquer alteração vantajosa no preço da água e energia. Cobram os preços da Electra. Preços que já incluem as ineficiências e a estrutura pesada de uma empresa que tem presença em todas as ilhas e em quase todos os pontos do território nacional. Ou seja, os consumidores nas ilhas não ganham directamente com tarifas mais baixas, nem se melhora, com menores custos de factores como energia e água, a competitividade da ilha, na atracção de investidores. Mas os lucros dos produtores, esses, devem ser fabulosos. Não têm os custos da Electra.

Por *último*, ao decidir pela concessão da produção com exclusividade de 30 anos, segundo o decreto-lei 36/2008, o Governo deixou para o Estado e para os municípios a responsabilidade de construção, manutenção e expansão das redes públicas. Ficou com a parte mais custosa. Normalmente garante-se, por algum tempo, exclusivo de fornecimento ou especial facilidade de acesso em troca de gestão e desenvolvimento de um bem de domínio público. Dar exclusividade nestas circunstâncias, sem correspondente responsabilidade em assegurar todos os meios de prestação do serviço público, configura o estabelecimento do pior dos monopólios privados. Monopólios que, como todos os outros, vão estar em posição de extrair rendas, com prejuízos para os consumidores e para economia em geral.

O Governo parece estar a engajar-se num processo de “pick the winners” de “escolha dos ganhadores” que noutras paragens conduziram ao nepotismo, ao clientelismo e à corrupção. Foi descuidado com a gestão dos terrenos e, outra vez, para obter ganhos políticos instantâneos e contornar erros graves de governação, trilha caminhos duvidosos. Até se envereda por oferecer *subsídios, sem concurso público*, a empresas de transporte marítimo que só prevêem operar em Janeiro de 2010 (*Resolução nº38/2008 de 17 de Novembro*).

A percepção da fragilidade da estrutura produtiva e da dependência excessiva de fluxos exteriores, mais evidentes hoje no contexto de crise generalizada, devia tornar o Governo e outros sujeitos políticos menos ideológicos e mais pragmáticos. Devia constituir um lembrete permanente aos governantes, mas também a toda a classe política, que não se pode dirigir o País com preocupações eleitorais permanentes. E devia afastar qualquer tentação de, à partida e sem transparência, escolher ganhadores no processo de crescimento da economia nacional.

José Maria Neves diz não ter condições para continuar a chefiar o governo se as acusações e suspeições lançadas contra a sua pessoa por Jorge Santos, de que traiu o país por estar ligado ao escândalo financeiro BPN-SLN-Banco Insular, não forem devidamente esclarecidas. Disposto a ir até às últimas consequências, JMN promete mover o céu e a terra para esclarecer o assunto. E é assim que nos próximos dias vai se encontrar com o presidente da República para discutir em o que considera uma crise de confiança no governo. Outrossim, a justiça é outro caminho a seguir para que a morte não morra solteira neste caso despoletado pelo líder da oposição.

POR: JOSÉ VICENTE LOPES



# Cabo Verde entre a censu

Três dias depois de ser desafiado por José Maria Neves a apresentar ao parlamento uma moção de censura, o MpD faz do assunto um tabu, fecha-se em copas e não o comenta quando abordado pela imprensa. O repto de JMN aconteceu por volta do meio-dia de quarta-feira, no discurso de encerramento do debate sobre o OE na generalidade, e até ao fecho desta edição o maior partido da oposição, segundo um observador, “não tugi nem mugiu”, “o que prova que não contava com este fortíssimo contra-ataque do JMN”.

Aliás, lançada a bomba pelo primeiro-ministro, **A Semana** tentou de imediato uma reacção do presidente do MpD, à saída da plenária ao meio-dia de quarta-feira. Rapidamente, enquanto caminhava em direcção à escadaria, Jorge Santos informou que o seu partido iria pronunciar-se, na tarde daquele mesmo dia, através de uma conferência de imprensa.

A tarde de quarta-feira passou e com ela todo o dia de ontem sem que do MpD surgisse uma reacção ao repto de José Maria Neves. E mesmo no parlamento, onde se poderia esperar ontem uma declaração política durante o período antes da ordem do dia nada aconteceu. **A Semana** procurou toda a tarde de ontem e parte da noite por esse posicionamento, e mais uma vez nada.

Este silêncio, que bem pode significar uma “retirada estratégica” do MpD, está a intrigar os observadores, porquanto não é habitual um partido no lugar do MpD, desafiado para o confronto, desaparecer da cena.

A ideia que se tem neste momento é que, diante da gravidade das acusações de Jorge Santos, José Maria Neves fez muito bem partindo para o contra-ataque. “E ao remeter-se ao silêncio, o MpD prova que não estava à espera desta contra-ofensiva do JMN”, analisa um desses observadores, para quem, pelo seu mutismo, é bem provável que o MpD não vá avançar com a moção de censura. “Caso contrário, já tê-lo-ia feito”, conclui.

“A vantagem deste repto”, explica o mesmo analista, “não é a aprovação ou não da moção, já que o PAICV tem votos suficientes para travar uma eventual moção de censura do MpD e, em vez disso, aprovar a moção de confiança que o governo apresentar”.

“A vantagem”, conclui a nossa fonte, “é a discussão em si de todo o problema levantado pelo MpD e sobretudo de quem partiu o repto para o esclarecimento das denúncias. Ao recor-

rer ao instituto da moção de confiança ou de censura, o PM exprimiu uma posição de força, no princípio de que quem não deve não teme. E a coroar este seu gesto pede à Procuradoria-Geral da República para investigar o caso, mesmo sabendo nós que os pedidos de inquérito àquele órgão judicial não têm levado a nada. Aliás, diante da gravidade das acusações, caberia à própria PGR a iniciativa de abrir imediatamente um inquérito às denúncias de Jorge Santos”.

Este tipo de apreciação **A Semana** encontrou-o também junto de uma fonte próxima do grupo parlamentar do MpD, para quem num sistema político e constitucional como o nosso, quando o chefe do governo vê a sua autoridade posta em causa “é normal que ele solicite uma moção de censura”. Para uma outra fonte, esta próxima do PAICV, “apesar da sua maioria não estar em causa, o gesto de JMN não deixa de ter um tremendo impacto, político e psicológico, porquanto não só reforça com isso a sua base de apoio dentro do parlamento, como também junto da própria sociedade, que não deixa de valorizar o gesto do chefe do governo”.

Laçados os dados, e na ausência até ontem de um posicionamento do MpD, o Conselho de Ministros aprovou na sua sessão ordinária desta semana o texto da moção de confiança, devendo este ser entregue ao parlamento a qualquer momento para os efeitos que se impõem. Isto porque, de acordo com o regimento da AN, feito o agendamento da moção, a sua discussão “iniciar-se-á no terceiro dia parlamentar que se segue à apresentação do requerimento ao presidente da Assembleia Nacional” (art. 240).

E em se tratando de uma moção de censura, que pode ser protagonizada por um quinto dos deputados ou grupo parlamentar, esta também “só pode ser apreciada no terceiro dia ao da sua apresentação” (art. 245).

Esta celeuma surgiu na segunda-feira durante a abertura do debate sobre o OE para 2009, que acabou aprovado na generalidade na quarta-feira com os votos favoráveis do PAICV (38), contra do MpD (26) e duas abstenções da UCID. No seu discurso Jorge Santos acusou o governo de ter alterado “a lei das instituições financeiras internacionais para permitir operações on shores, legislando em função de interesses particulares duvidosos”. Mais ainda: “Alterou essa lei quando se sabe que essa alteração provocaria, por um lado, a concorrência desleal com a banca comercial e, em segundo lugar, deixa o

país vulnerável a actividades bancárias ilícitas, abrindo canais para o branqueamento de capitais”.

O tom das acusações aumentaria no despique que se seguiu entre o líder da oposição e o primeiro-ministro. Ao desafio de JMN para precisar as suas acusações, JS reiterou não só as suas afirmações iniciais, como acrescentou que o primeiro-ministro traiu a confiança do país e dos cabo-verdianos devido às suas ligações com a Sociedade Lusa de Negócios, Banco Português de Negócios e Banco Insular. Uma ligação que JMN afirma não existir.

Enfim, quando tudo parecia cingir-se a mais uma habitual refrega entre os dois adversários políticos, eis que três dias depois, na quarta-feira, agora no encerramento do debate sobre o mesmo OE, Neves volta à carga. Desta feita para desafiar o MpD a avançar com uma moção de censura, sob pena de ser ele, JMN, a solicitar uma moção de confiança ao parlamento. Este é um filme que promete nos próximos dias novos capítulos e sabem lá os deuses que novas surpresas eles nos reservam.

## JMN: “Vou até às últimas consequências”

A este jornal, José Maria Neves reiterou que “tem de haver um ‘basta para tudo’ e que da sua parte vai levar este caso ‘até às últimas consequências’”. “Quando em Portugal, por causa do escândalo BPN, há um terremoto político que já levou à prisão um gestor, não posso admitir que o líder da oposição diga que traí o país, abri portas à lavagem de capitais e que em Cabo Verde a culpa morre solteira. São acusações gravíssimas, que afectam a honorabilidade do PM. Portanto, se ele tem dados que os apresente. E, em termos políticos, é no parlamento que essa questão tem de ser resolvida”.

À sua decisão de chamar o presidente da República ao barulho, JMN explica que é o chefe de Estado quem nomeia o PM, promulga e manda publicar as leis do país e que, portanto, “é preciso que o PR tome uma posição” já que foi ele, enquanto guardião da República, a permitir que a lei sobre o sistema financeiro fosse promulgada, abrindo as portas para a lavagem de capitais, como acusa o líder do MpD. “Temos de ir até às últimas consequências porque a confiança do governo perante o parlamento e a autoridade do PM ficaram em crise



# ra e a confiança

com as declarações do líder do maior partido da oposição. Da minha parte não aceito continuar a ser PM de Cabo Verde se esta questão não for resolvida”, avisa.

Independentemente de estar ou não saturado deste tipo de ataques, JMN recorda que desde 2004 está a ser fustigado na sua honra pessoal pelo sistema MpD. “Já fui acusado de meter as mãos no tesouro retirando dele 500 mil contos para financiar a campanha eleitoral do PAICV, já inventaram coisas contra um dos meus irmãos em Santa Catarina, depois veio a história do lixo tóxico e agora é esta coisa do BPN, que não tem pés nem cabeça”.

Para José Maria Neves, toda esta “sanha” tem um único objectivo: “Destruir politicamente a minha imagem perante os cabo-verdianos. As sondagens, inclusive o estudo que o Afrobarómetro publicou recentemente, mostram que JMN é forte, por isso, a estratégia do MpD é me destruir politicamente, recorrendo a todos os meios. Portanto, chegado a este ponto, ou o MpD apresenta uma moção de censura ou apresentamos nós a moção de confiança. E quanto aos aspectos criminais da questão cabe à Procuradoria-Geral da República abrir um inquérito, que nós também vamos requerer”.

## JMN x JS, inimigos de estimação

As relações entre José Maria Neves e Jorge Santos são típicas de dois “inimigos de estimação”. Em 2004, na altura ainda mero apoiante do MpD, o ex-autarca da Ribeira Grande acusou o líder do PAICV de ter metido as mãos nos bolsos dos cabo-verdianos ao financiar com 500 mil contos a campanha autárquica tambarina. Já como líder do MpD, por mais de uma vez Santos voltou a recorrer ao mesmo estilo para criticar o seu rival, a quem chegou a chamar de “mentiroso” durante a cerimónia inauguração de um hotel em Santo Antão.

Arruaceiro, irresponsável e desprovido de sentido de Estado são, por seu turno, alguns mimos que José Maria Neves costuma brindar o líder do MpD. Na última campanha eleitoral ficou célebre a expressão “burru ta dexadu na ladera”, utilizada por JMN para caracterizar o comportamento do seu rival. É claro que o visado não gostou. Como também não gostou que

JMN tenha denunciado em 2006 que dinheiro da droga estava a ser utilizado para financiar a campanha de “certos partidos”, uma carapuça que o MpD enfiou, por entender ser ele o principal visado nessa forma de fazer política.

Enfim, de acusações em acusações, tem vindo a ser feita a disputa política no país, com o parlamento a funcionar como o principal altifalante deste tipo de discurso. Boa parte destas denúncias, é certo, avolumam como queixas na Procuradoria-Geral da República. E na ausência de uma resposta desse órgão tornou-se corriqueiro cada um produzir as mais absurdas acusações, pois todas acabam, na maioria das vezes, sem qualquer consequência.

## Moção Censura x Moção de Confiança

“Moção de censura” e “moção de confiança” são dois importantes instrumentos políticos num sistema parlamentar, servindo ambos para aferir o grau de sustentação política de quem está no governo.

A moção de censura é a oposição a propô-la ao parlamento, ao passo que na moção de confiança é uma iniciativa do governo. No sistema cabo-verdiano a não aprovação de uma moção de confiança, que exige uma maioria absoluta, implica a queda automática do primeiro-ministro e da sua equipa. Na moção de censura a queda do governo só acontece quando ela ocorrer por duas vezes.

Em Cabo Verde, por razões de crime política, apenas uma vez o primeiro-ministro teve a necessidade de submeter ao parlamento uma moção de confiança. Isso aconteceu em 1994, altura em que estando a braços com uma grave crise política (crise essa que haveria de dar lugar ao hoje extinto Partido da Convergência Democrática, PCD, liderado por Eurico Monteiro), o então primeiro-ministro Carlos Veiga, líder do MpD, tirou essa cartada da manga para clarificar a sua maioria. Na altura todos os meios foram utilizados, desde recolher deputados nos WC a ir tirá-los do hospital, escapando CV pela diferença de um voto. Treze anos depois, é chegada a vez de José Maria Neves recorrer ao mesmo instrumento para responder ao que ele chama de “afrontas” do líder do MpD.

## Alta tensão

O anúncio de JMN caiu que nem uma bomba na bancada do MpD, gerando de imediato agitação entre os deputados desse partido. Isso era visível na forma como alguns deles passaram a comportar-se, seguindo-se logo depois o incidente entre o presidente Aristides Lima e o líder da bancada do MpD, Fernando Elísio Freire, que não gostou de ser interrompido chamou a atenção para o que estipulava o regimento para as declarações de voto.

Independentemente de quem tem ou não razão nesta história, no dizer de uma das nossas fontes, “há tensão a mais” neste momento na vida política cabo-verdiana. O parlamento é um barril de pólvora pronto a explodir e que entra em polvorosa frente ao mais banal “imput”. E isso é reflexo do “problema de liderança” por que parece estar a passar de novo o MpD. A decisão de condicionar a aprovação da reforma da justiça a um encontro com JMN mais do que mostrar que afinal é ele, Jorge Santos, que manda no MpD, o fragilizou ainda mais, mostrando-lhe aos olhos da opinião pública como um líder em “crise de afirmação”.

“Jorge Santos, como já circula nos corredores da AN, é neste momento um ‘líder tóxico’, que não consegue gerar sentimentos positivos à sua volta. E o facto de ter desaparecido da cena mostra a sua dificuldade em encontrar neste momento uma saída para crise que ele próprio provocou”, explica uma fonte o silêncio de Jorge Santos frente ao repto de JMN.

## Sessão parlamentar

O repto de JMN para o MpD avançar com uma moção de censura eclipsou por completo os demais pontos da ordem do dia desta sessão parlamentar. No entanto, além de aprovar na generalidade o OE para 2009, os deputados validaram o aumento de cinco para sete o número de juizes do Supremo Tribunal de Justiça e o MpD interpelou o governo sobre a situação financeira da TACV.

A interpelação, um filme já visto em outros carnavais, acabou por servir para a bancada do PAICV manifestar o seu apoio e solidariedade ao ministro Manuel Inocêncio Sousa, no que se incluiu até a “defesa” de Júlio Correia. Pena é que este facto não passou despercebido ao MpD, nomeadamente a Rui Figueiredo, que, ironizando, arrematou o discurso solidário de JC dizendo que “mudam-se os tempos e mudam-se os apoios”. Figueiredo recordou ao colega deputado da outra bancada, a entrevista que concedeu a este jornal em Maio, depois das eleições autárquicas, e em que um dos seus alvos foi precisamente Manuel Inocêncio Sousa.



# UCID continua bicéfala

A UCID vai continuar com uma liderança bicéfala. É que o STJ, enquanto Tribunal Constitucional, acaba de recusar o pedido de impugnação do presidente **António Monteiro** ao congresso extraordinário da Praia, que elegeu no Verão passado **Mário Moniz** como também líder do partido. Portanto, dois presidentes, um só partido. E consequentemente, a pergunta: Quem deve falar pela UCID?



António Monteiro e Mário Moniz

ALÍRIO DIAS DE PINA

**A** UCID está a viver a situação anómala de ter duas direcções. Uma liderada por António Monteiro, com sede no Mindelo. A outra comandada por Mário Moniz, na Praia. Trata-se, na perspectiva de observadores atentos, de um caso “*sui generis*”, para não se falar de uma curiosidade hilariante na história dos partidos políticos em Cabo Verde.

É que o Supremo Tribunal da Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, decidiu, no seu Acórdão nº 28/08, não tomar conhecimento do pedido de impugnação do XIII Congresso, promovido por militantes de Santiago e que elegeu, em Agosto último, Mário Moniz como também líder da UCID. “*O STJ, enquanto Tribunal Constitucional, decide não tomar conhecimento da questão, com o fundamento na falta de legitimidade passiva e na falta de esgotamento das vias internas de apreciação da validade e regularidade do acto impugnado*”, fundamenta a instância máxima da justiça cabo-verdiana.

Para o STJ, “*a questão da validade e regularidade do acto eleitoral (e/ou mesmo de outras deliberações legalmente recorríveis), devia, antes, ter sido apresentada ao Conselho de Jurisdição Nacional da UCID, e já não somente da decisão, ainda não transitada em julgado, desse órgão jurisdicional do partido seria admissível recurso para o Tribunal Consti-*

*tucional da deliberação tomada pelo Congresso Nacional desse partido, ou, menos ainda de um mero “Grupo de Cidadãos”.*

Aliás, essa figura “*Grupo de cidadãos*” referida por António Monteiro na sua petição ao STJ, numa clara alusão aos militantes promotores do polémico congresso da Praia, não existe nos estatutos da UCID. “*É verdade que o ora impugnante, na sua qualidade de presidente do partido (qualidade de que aliás fez uso para solicitar a intervenção inicial do Conselho Jurisdicional, no próprio dia da impugnada reunião, e quer para impugnar a deliberação tomada pelo chamado Grupo de Cidadãos, contra quem ainda dirigiu a presente acção de impugnação), solicitara, segundo alega e prova, e ‘o Conselho jurisdicional, após análise preliminar da situação, reconhece a gravidade dos factos denunciados, a ilicitude dos mesmos e a eminência de prejuízos que justificam as medidas preventivas requeridas e as repressivas que vierem a revelar-se adequadas após a instauração do competente processo*”, refere o acórdão do STJ.

Diante do teor da decisão atrás transcrita, o documento avança que é legítimo concluir que “*o citado Conselho Jurisdicional somente*

*se pronunciou sobre o pedido cautelar formulado, como lhe havia sido solicitado e nada decidiu sobre a validade de um qualquer acto eleitoral ou, ainda, de uma qualquer deliberação de um qualquer órgão do partido UCID*”.

Ou seja, com esta decisão do STJ, persiste uma liderança bicéfala na formação democrata-cristã, uma na Praia e outra no Mindelo. Qual delas é a mais legítima é a pergunta que se coloca para um partido com dois assentos na Assembleia Nacional e que também está representado na Câmara e Assembleia municipais de S. Vicente.

Certo é que, como admitiu implicitamente o Tribunal Constitucional, cabe aos órgãos dirigentes da UCID resolver internamente essa situação, por via de diálogo entre as partes em conflito ou através do congresso ordinário previsto para acontecer entre Fevereiro e Março de 2009. “*A UCID ainda não decidiu internamente sobre o assunto. A seu tempo, a imprensa conhecerá a decisão do partido sobre esse dossier*”, reage por seu turno o vice-presidente do Conselho Nacional de Jurisdição, Lucas Evangelista, ao pronunciamento do STJ sobre a situação interna do seu partido.

## Mais um candidato à liderança da JPAI



José Tavares Rodrigues

**A** JPAI já tem um quarto candidato a disputar a sua liderança no congresso de Janeiro de 2009. Chama-se José Tavares Rodrigues, profissional informático e já foi responsável da juventude tamarina em Santa Catarina. Agora entra na corrida para, como diz, dinamizar a organização e restaurar o sentimento de patriotismo e solidariedade da juventude do PAICV.

José Tavares Rodrigues declarou ao **A Semana** a sua “*firme decisão*” de concorrer à liderança da JPAI no congresso ordinário de Janeiro do próximo ano. A sua candidatura junta-se assim às de Nelson Centeio, Nuías Silva e Jacob Vicente, anunciadas em edições anteriores deste jornal.

Com 28 anos, José Tavares Rodrigues é técnico informático de profissão e está a licenciarse em Engenharia Informática e Telecomunicações na Universidade Aberta de Portugal. O mesmo é árbitro de futebol e trabalha, neste momento, no sector informático da Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior do Concelho da Praia. Ele foi, entre 2003 e 2004, responsável concelhio da JPAI da Assomada.

Rodrigues diz que neste desafio que lança a si próprio e aos jovens do seu partido motiva-o, sobretudo, uma grande vontade de “*fazer justiça às estruturas concelhias que até agora não têm merecido a atenção devida da Direcção Nacional cessante*”. Por isso promete levar uma nova dinâmica à organização juvenil do PAICV, para restaurar o sentimento de patriotismo e solidariedade que sempre houve entre a “*malta tamarina*”, mas que andam perdidas por aí, muito por culpa de políticas outras que pouco ou nada têm a ver com o dinamismo e a generosidade da juventude.

Daí o candidato defender que, neste processo, a cúpula do partido deve ficar fora e deixar as bases escolher quem dentre os quatro candidatos deve liderar a JPAI. “*Há experiências negativas de interferência da cúpula do partido no processo de eleição do presidente da organização, como aconteceu nos casos de Edson Medina e Mário Semedo. Cabe, portanto, aos jotas do PAICV escolher livremente o seu novo líder*”.

### Debate

Mas nem o facto de ser o último a entrar o faz mais atrasado nos preparativos: está a ultimar a sua moção de estratégia, já tem uma lista de 35 candidatos aos diferentes órgãos nacionais da JPAI. E até já propala a sua quota de mulheres: 12 em 35. Mais que um terço das mulheres nos órgãos dirigentes, o que é obra, mesmo se tratando de uma organização juvenil. José Rodrigues diz também que já assegurou o apoio de notáveis da organização como são os casos de Fábio Vieira, Augusto Veiga, Artur Teixeira, Sabino Tavares, Mário Jorge e “*Hércules de Assomada*”. A equipa referida integra professores, engenheiros, médicos, psicólogos, economistas e técnicos de outras áreas.

A Comissão Preparatória do VII Congresso da JPAI tinha, entretanto, previsto para o fim do dia de ontem, 27, uma reunião para marcar a data do Congresso e criar a Comissão das Eleições. Esta deve integrar entre três e cinco membros e tem a função de coordenar e dirigir todo o processo eleitoral. O presidente do CPC, Adilson Semedo, perspectiva que o congresso

acontecerá em meados de Janeiro de 2009, com pelos menos 200 delegados.

Semedo garante que o evento deverá contar com a presença de organizações amigas estrangeiras, tendo o secretário-geral da Juventude Socialista de Portugal, Eduardo Cordeiro, confirmado a sua participação no encontro. Espera acontecer o mesmo com o presidente da JMPLA, cujo convite foi já formulado nesse sentido.

A mesma fonte avança que o processo preparatório do congresso deve, a nível das ilhas, arrancar brevemente com as assembleias concelhias para a eleição dos delegados. As do Sal, da Assomada e de S. Vicente estão já marcadas para os dias 5, 12 e 27 de Dezembro, respectivamente.

Diante de tudo isso, os quatro participantes da corrida movimentam-se no terreno no sentido de mobilizarem o maior de votos possível junto das bases. E nessa corrida em que cada ponto vale, a desenvoltura, o conhecimento dos dossiers e estratégias para seduzir o eleitor podem fazer toda a diferença. Por isso há quem proponha debates à “*americana*” entre os quatro candidatos, quer na comunicação social, quer em assembleias de membros da organização. O objectivo é analisar a plataforma eleitoral dos concorrentes e debater as propostas destes para resolver os problemas que afectam a juventude cabo-verdiana.

“*Ainda não recebi formalmente nenhuma proposta nesse sentido. Mas se a iniciativa não partir dos candidatos, a Comissão Preparatória do Congresso pode vir a agendar um debate entre os membros da JPAI e a sociedade civil*”, admite Adilson Semedo.

Alírio Dias de Pina

ANTÓNIO  
LUDGERO  
CORREIA



# PRAIA: SOLUÇÃO E... SOLUÇÕES

*“Resultados? Mas é claro que eu já consegui um monte de resultados! Hoje sei de mil coisas que não funcionam.”*

THOMAS A. EDISON

**H**á Solução e... soluções. Conhecem aquela do fulano que, num acto de desespero, trouxe uma medida de Solução para Bateria (H2SO4) e que, diante de morte iminente, rogou ao médico que não medisse esforços para o salvar.

- Senhor Doutor, arranje uma solução para o meu caso. Por favor! - teria clamado.

- Não tenho solução nenhuma para o seu caso. A Solução que havia, o senhor bebeu-a toda.

Humor negro. Mas o cabo-verdiano, qual Poliana, consegue descobrir uma faceta lúdica, mesmo na desgraça. Própria ou alheia.

Ocorreu-me este trocadilho a propósito das soluções que o edil José ULISSES tem vindo a construir para a Cidade da Praia.

Começou com uma novidade: AUDIÊNCIA TÉCNICA SOBRE O SANEAMENTO. Ponto para a Cidade. Ponto para ele. Há quem diga que os problemas da Praia há muito que estão identificados e que o que importa é a SOLUÇÃO para os mesmos. Importava, neste particular, não esquecer que pode acontecer um resfriado transformar-se numa mortal pneumonia dupla. O que se atacaria no caso: o resfriado ou a pneumonia? Por isso, não pode ser considerado como tempo perdido o tempo que se leva na reavaliação do «doente». Pode conter uma SOLUÇÃO.

A segunda novidade teve a ver com a deslocação ao Norte de Portugal para assistir a uma corrida de aeronaves. Não sei que diga. Mas a verdade é que enquanto prioridade deixa muito a desejar. Seguramente não tinha no seu bojo nenhuma SOLUÇÃO para os ingentes problemas da cidade.

A terceira (se não considerarmos os diz-que-diz politiqueros sobre o recrutamento de *aficionados* e a dispensa de desafectos políticos, um *fait-divers* presente em todo o território nacional) terá sido a aquisição do TOYOTA LAND-CRUISER V8. A polémica que se seguiu à aquisição da viatura do Presidente não deixou claro se se era contra a aquisição de uma tal viatura por causa do preço ou se por causa do momento. Se toda a celeuma foi apenas por causa do preço, houve um exagero sem tamanho. Porque é que o presidente da Câmara Municipal da Praia (sem dúvida a mais importante do nosso universo autárquico) não pode ter um carro como o do Presidente da Câmara Municipal da Boavista, por exemplo? É certo que é um carro cujo preço andarà à volta dos 7.000 contos (mais coisa, menos coisa), mas se o Tesouro assegura 75% do preço (em impostos e taxas), 4.250 contos não é nenhum desembolso por aí além, para um carro com uma garantia de, pelo menos, 04 anos? Compreenderia melhor se se questionasse a prioridade conferida à aquisição, mormente tendo em conta que o ST - 53- CJ é um tremendo de um VX da TOYOTA PRADO, que dava ainda p'ro gasto e que a situação financeira da edilidade, dizia-se, ser pouco menos que caótica. E resmungaria, principalmente, por saber que o

*É inadmissível que, quase um ano sobre o início dos trabalhos, o PLATEAU continue com o aspecto relaxado de um desengonçado canteiro de obras adiadas. A edilidade não pode ficar de fora da programação de obras tão importantes. Não pode calar-se, nem deixar que a calem. Que política é isso mesmo, Presidente: ADMINISTRAR RELAÇÕES DE PODER E CONQUISTAR ESPAÇOS DECISÓRIOS.*

”

V8 não foi a única aquisição automotora de luxo feito na ocasião. Será uma SOLUÇÃO para a mobilidade do Executivo municipal ou para um ego desmedido? Bem... de todo o modo, é um património (que pode ser utilizado, alienado, permutado, etc., a todo o tempo).

A quarta conquista tem a ver com a recuperação dos espaços dotacionais da Cidadela. Amplos espaços destinados à implantação de equipamentos sociais urbanos para servir o novo bairro, a maior parte deles não infra-estruturados (por exemplo, sei de fonte segura que pelo espaço que estava destinado ao campo de futebol não passava nem a rede de água, nem a de electricidade, mormente a de esgoto). Como se desenrascaria quem construisse em um dos lotes do espaço? Aí, tem de se bater palmas ao nosso síndico. Contém, sem dúvida, uma SOLUÇÃO (respeito pelos espaços dotacionais, exercício da autoridade).

A quinta grande medida pública tem a ver com o anúncio do RETORNO À NORMALIDADE NA RUA 5 DE JULHO E RESPECTIVAS PERPENDICULARES. Se se concretizar é ponto marcado junto de toda a população (velhos e moços). Exercício de autoridade, respeito pelo cidadão, sua saúde e tranquilidade, reconfiguração (início) das funções do Plateau. Sem dúvida uma SOLUÇÃO para um problema que já está ganhando barbas. Mas... concretizar-se-á? Vai o Presidente até ao fim? É a prova de fogo de José ULISSES. A ver vamos.

A sexta medida tem a ver com a ideia de um Terminal Rodoviário, Interurbano, de Transportes de Passageiros. A ideia é boa, mas não boto muita fé em um terminal rodoviário de transportes interurbanos localizado no coração da cidade. Um terminal rodoviário de transportes Interurbanos de Passageiros deve localizar-se no limite (à entrada) da cidade. Os veículos de transporte interurbano deixam aí os seus passageiros, os quais serão transportados ao centro da cidade em veículos (autorizados) de transportes urbanos de passageiros. E nós até temos uma vantagem, rara noutras paragens: as nossas viaturas de transporte interurbano são menores que as de transporte urbano (um autocarro da Moura absorve os passageiros de dois ou três HIACES), o que garante que não haveria congestionamento do terminal. A localização na Achada São Filipe, por exemplo, facilitaria a vida aos fiscais rodoviários. Qualquer HIACE encontrado Achada São Filipe abaixo com passageiros poderia ser autuado sem reboço. A presunção de que estaria em infracção resultaria do facto de os HIACES não estarem habilitados para o transporte urbano de passageiros. E não haveria grande problema em identificar um privado para uma PPP (Parceria Público-Privado): os espaços comerciais dos terminais rodoviários de passageiros valem oiro e são disputados à tapa em quase todas as latitudes. A MOURA COMPANY não se disponibilizaria?

Na zona que defendemos para a localização

do terminal Rodoviário de Transportes Interurbanos de Passageiros já existem o MERCADO ABASTECEDOR, o MATADOURO MUNICIPAL, um POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS. Isso permitiria que se poderia ir ainda um pouco mais longe na organização da cidade: a par do terminal de passageiros, e na envolvente do MERCADO ABASTECEDOR, poderá ser instalado um terminal de carga. Os fornecedores grossistas descarregam no terminal, expõem e vendem no MERCADO ABASTECEDOR; os açougueiros descarregariam o gado directamente para o MATADOURO; os retalhistas adquirem no MERCADO ABASTECEDOR para oferecerem nos mercados (municipais e não só) da cidade. Seria a completa libertação das “margens” do Mercado do Plateau para outros fins: quiosques, expositores de flores e plantas ornamentais, gifts, postais, selos, etc.. Saber que a edilidade reconhece o papel de um terminal rodoviário de transportes interurbanos de passageiros na organização do tráfego urbano e de toda a cidade, já é um PONTO a favor. Agora SOLUÇÃO mesmo, seria dar-lhe uma localização estratégica.

Medida não anunciada (se anunciada seria a sétima) tem a ver com a reanimação dos SEMÁFOROS. Fiquei sumamente contente, feliz mesmo, quando vi, no último fim-de-semana, uma equipa internacional (uns europeus e alguns africanos) pintando e parecendo recuperar os postes que sustentam os semáforos da cidade. No primeiro encontro com o Presidente José ULISSES, pouco depois da posse, disse-lhe uma coisa que já dissera vezes sem conta ao seu predecessor: «SEI DE CIDADES QUE NÃO TÊM SEMÁFOROS; MAS NÃO SEI DE NENHUMA QUE JÁ TEVE E DEIXOU DE TER». E a minha cidade não quer notabilizar-se pela negativa.

O momento é o ideal. A Capital clama por regulação automatizada do trânsito nos cruzamentos. Os semáforos seriam, por isso, bem vindos. E creio que cobririam eventuais déficits do executivo, derivados dos assuntos «Corrida de Aeronaves» e «Aquisição do V8».

Negativo, negativo mesmo, só essa falta de capacidade de influência em relação ao programa de execução do Projecto «VIAS DA CIDADE DA PRAIA». É inadmissível que, quase um ano sobre o início dos trabalhos, o PLATEAU continue com o aspecto relaxado de um desengonçado canteiro de obras adiadas. A edilidade não pode ficar de fora da programação de obras tão importantes. Não pode calar-se, nem deixar que a calem. Que política é isso mesmo, Presidente: ADMINISTRAR RELAÇÕES DE PODER E CONQUISTAR ESPAÇOS DECISÓRIOS.

A Praia tem solução, sim senhora. A questão é que ela não está à superfície. É preciso escavar (como quem escava um poço artesiano), localizá-la e bombeá-la, para resolver os problemas da cidade, de seus habitantes e de seus visitantes. Ainda que se tenha que chatear uns tantos.

Aos 68 anos, José Gomes ainda trabalha para garantir uma aposentação condigna. Começou a trabalhar em obras no “tempo português”, transitou para a Junta Nacional de Estradas a partir de 1975 e ali permaneceu até 1994. Transferido para a EMAP – Empresa Municipal de Distribuição de Água da Praia e, mais recentemente, para a Electra, Gomes tem percorrido Ceca e Meca para obter a sua aposentação. São mais de 30 anos só para o Estado de Cabo Verde, mas enfrenta dificuldades para provar o tempo de trabalho porque já não se aceita testemunhos de pessoas e, naquele tempo, a Função Pública não arquivava as folhas de salário. O mais grave é que os trabalhadores como José Gomes não têm os recibos de vencimento dos 20 ou 30 anos de trabalho.

Texto: CONSTÂNCIA DE PINA



# Reformas de

## – AP exige processos individuais para provar tempo de trabalho

**A** Semana, Julião Varela, UNTC-CS, explicou que, como José Gomes, há dezenas de trabalhadores em todo o país nesta situação (não existe um número certo, porque agora é que estão a fazer o levantamento para efeito de reforma). Muitos deles estão a ser reencaminhados para a pensão social mínima, no valor de 3.150 escudos, que não é acumulável com outras pensões. E isso depois de vários anos de trabalhos prestados ao Estado.

José Gomes não se conforma em ir para a reforma apenas com a pensão do INPS porque, afirma, conquistou os seus direitos durante os anos de trabalho que prestou ao Estado. “Moro em Porto Mosquito, Santiago, e tenho nove filhos. Apenas um, uma filha, está a trabalhar, mas ela já tem a responsabilidade da sua casa. Tenho sete filhos na escola, com todas as despesas que isso acarreta. Não posso aceitar uma reforma de miséria”.

Por causa desta situação, José Gomes continua a trabalhar. Os problemas de saúde e também os laborais não são poucos. Trabalha no Santa Clara (gerador que se alimenta do furo que, em Porto Mosquito abastece a cidade da Praia com água), que está parado por causa das últimas chuvas. São dois os motoristas que

prestam serviço e a Electra transferiu-os para a Praia, auferindo um salário de 29.800 escudos. “Perguntámos se tínhamos direito a transporte e disseram-nos que tínhamos de pagar do nosso bolso. São 300 escudos/dia. Não entendo como podem exigir que paguemos para trabalhar. Outro problema é que nem sequer têm lugar onde nos colocar. Quer dizer, vamos para a Praia para nada fazer na empresa”, desabafa.

Gomes lembra que trabalha há mais de 40 anos – só para o Estado de Cabo Verde há 30 anos – e considera que já devia estar a beneficiar da sua reforma. E é aqui que a burocracia embaralha este trabalhador. “Há largos meses que estou a tirar documentos. Por exemplo, exigiram que eu fosse buscar documentos na Junta de Estradas do tempo em que trabalhei lá. Fui lá e passaram-me uma certidão porque não têm processos individuais dos trabalhadores. Entretanto, a AP exige que eu apresente um processo individual, quando na altura limitavam-se a fazer a folha de salário”, assevera Gomes. Para complicar ainda mais as coisas, este cidadão começou a apresentar problemas de saúde (respiratório e auditivos), em resultado de mais de 30 anos a trabalhar com motores.

Em situação idêntica está Óscar dos Santos

*É que, como diz, descontou mais de 90 contos, devidamente autorizados pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública, quando podia, pelo que agora tem direito, sim, a uma compensação para descansar com mais dignidade na velhice.*

Araújo, 68 anos, muitos deles gastos nas obras públicas na ilha do Fogo. “Trabalhei durante 12 anos como cabouqueiro. Descontava 530 escudos/mês. Na década de 80 trabalhei na Casa Luar e, a partir de Agosto de 1994, estive na TACV. Em 2002, por sugestão de outros colegas, pedi reforma antecipada na empresa aérea mas, para meu espanto, recebo apenas a

pensão da TACV. Por isso, e para completar a minha renda, estou a trabalhar como guarda aos sábados e domingos na Imprensa Nacional”, afirma.

Por causa disso, desde que se reformou, Óscar dos Santos Araújo iniciou uma corrida contra o tempo atrás de documentos para provar os anos de serviço prestado à Função Pública. “Solicitei um documento na Câmara Municipal do Fogo, mas ninguém conseguiu encontrar nada que indicasse que eu trabalhei lá nas obras. Passaram-me então uma certidão mas, quando fui entregá-la na AP, não aceitaram. Fiquei então a saber de uma senhora que trabalhava no MDR e que conhecia a minha situação. Entrei em contacto com ela e passaram-me uma nova certidão. O documento já foi entregue no Tribunal de Contas. Agora estou a aguardar que resolvam esta situação pendente”, conta.

E Óscar dos Santos Araújo promete bater em quantas portas forem necessárias para resolver a questão da sua reforma. É que, como diz, descontou mais de 90 contos, devidamente autorizados pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública, quando podia, pelo que agora tem direito, sim, a uma compensação para descansar com mais dignidade na velhice.



# e miséria

## Sistema de aposentação

Julião Varela explica que a Lei 61/III/89, de 30 de Dezembro, que estabelece o Estatuto da Aposentação de Sobrevivência, já tem alguns anos, mas há pouco mais de três anos e com o Secretário de Estado da Administração Pública, Romeu Modesto, começaram a surgir novas exigências. “A UNTC-CS entende que esta situação é bizarra. Não faz sentido um trabalhador prestar vários anos de serviço ao Estado e, agora, estar confrontado com a inexistência de serviços de arquivo, a ponto de ficar privado dos seus direitos”.

É que até há alguns anos, afirma este sindicalista, apesar da inexistência de arquivos, a AP aceitava o testemunho de três pessoas idóneas que pudessem atestar o tempo de serviço, e o trabalhador era autorizado a pedir a sua aposentação. Já com as novas exigências, todos os funcionários que trabalharam um tempo nas obras públicas e outro com o INPS, ou na própria AP estão condenados a uma reforma apenas com o tempo que for reconhecido por um ou outro serviço. “Por

causa disso, temos muitos casos de trabalhadores ainda no activo, não obstante a idade. Eles estão com medo de requerer a aposentação porque vêem os seus proventos reduzidos. Temos pessoas que solicitaram aposentadoria e estão em situação difícil”, observa Julião Varela.

Em jeito de exemplo, este sindicalista retoma o processo de José Gomes, funcionário da Electra, que, caso solicite a aposentadoria nas actuais condições, vai para a reforma com 50 por cento do seu salário, ou seja, com 14 mil e 900 escudos, metade dos 29.800\$00 que auferia. Por tudo isso, diz Varela, esta é uma luta que a UNTC-CS vai assumir. Inclusive, diz, a União já agendou um encontro com o SE da Administração Pública para analisar esta situação.

Enquanto isso, Julião Varela vai lembrando a Romeu Modesto que o tempo de vida do INPS ainda é curto pelo que um trabalhador que vai para casa apenas com essa reforma, não leva sequer metade do seu salário. “Antes o INPS assumia tudo. Há já algum tempo que o INPS deixou de contar o tempo prestado ao Estado assumindo unicamente o tempo para o qual o trabalho tenha descontado”.

Sobre os requisitos para a reforma, diz,

são precisos no mínimo dez anos de serviço, uma certidão do tempo de serviço e proceder ao pagamento dos descontos atrasados para a aposentação (a Direcção-Geral da Contabilidade Pública autoriza os descontos). Entretanto, nos últimos anos, apesar desta instituição, DGCP, continuar a autorizar o desconto do tempo atrasado, o trabalhador não consegue a sua reforma porque o processo está congelado, pelo menos o tempo de trabalho prestado às obras públicas. E isso porque já não se aceita o tempo prestado ao Estado na condição de assalariado, provado pelas declarações de pessoas idóneas, porquanto se desconhece o paradeiro das folhas de salário cujo arquivo é uma responsabilidade da administração.

Como consequência, ninguém consegue se aposentar. Os que estão na Administração Pública porque não lhes é reconhecido todo o tempo de serviço na condição de assalariados e ficam com uma mísera reforma (pensão mínima). Quanto aos que transitaram para o INPS, mesmo com todos os requisitos, não vão porque ficam só com a reforma do instituto, que nestes casos é magra. Com isso, temos uma administração preche de pessoas na idade da reforma e que não saem devido a essas dificuldades.

## LEI: Tempo de serviço prova-se por certidões

Composto por 84 artigos, a Lei n.º61/III/ 89 do Estatuto da Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (E.A.P.S) indica, entre outros pontos, que o tempo de serviço para o cálculo da pensão é o que resulta do número de anos de serviço prestado, acrescido de um período máximo de cinco anos. E mais, o somatório do tempo acrescido do tempo de serviço prestado não deve ultrapassar 35 anos e estes provam-se por certidões.

No seu artigo 3º (Direito à aposentação por iniciativa do agente), o E.A.P.S diz que “podem apresentar-se por sua iniciativa, e independentemente de parecer da Junta de Saúde, os agentes que, à data da entrada em vigor do presente diploma, tenham completado 35 anos de serviço, desde que não haja qualquer prejuízo para o serviço”. Entretanto, contrariando este artigo, os cidadãos querem reformar-se e já atingiram a idade para tal, mas mantêm-se nos seus postos para não serem penalizados no bolso.

Curioso é que o Estatuto da Aposentação estabelece que a pensão de aposentação é igual à trigésima parte da remuneração que lhe serve de base multiplicada pela expressão de anos, do número de meses de serviços contados para a aposentação, até ao limite máximo de 34 anos. Quanto à prova do período de serviço, o artigo 49 explica que o tempo para efeitos de aposentação prova-se por meio de certidões ou informações autênticas de efectividade do serviço, emitidas pelas entidades competentes.

Entretanto, já o artigo 53º especifica que, mostrando-se a impossibilidade de obter prova, o agente pode requerer a instauração de processo especial de justificação nos serviços onde exerceu funções, indicando desde logo os períodos as condições em que exerceu, e foi remunerado, juntando os elementos de que dispuser. “Os serviços tomarão em consideração os diplomas ou actos de investidura e exoneração, folhas de remunerações, listas de antiguidades, livros de ponto e quaisquer outros elementos donde possa aferir-se a efectividade do exercício de funções e resolverão afinal, se este se verificou e em que condições, lavrando certidão de resolução”, fecha a alínea 2. CP

# Credibilizar testemunhos

**P**ara o Secretário de Estado da Administração Pública, esta não é uma questão para ser tratada de ânimo leve. É que, diz, não se pode reformar pessoas apenas porque atingiram o limite de idade e dizem que trabalharam vários anos para o Estado. *“Não é só dizer que trabalharam para o Estado. As pessoas têm de apresentar provas que, de facto, trabalharam para o Estado. Também não sou contra o testemunho de pessoas idóneas, como se quer fazer crer. Apenas quero dar credibilidade aos testemunhos. Tivemos casos de pessoas mais novas que vieram dar testemunho. Isso é inaceitável”*.

Entretanto, ao que tudo indica, este é um processo que poderá conhecer um desfecho favorável dentro em breve. É que, diz Romeu Modesto, o Ministério da Agricultura já tem todo o seu arquivo em ordem, enquanto o Ministério das Infra-estruturas iniciou já o processo de contratação de pessoal para organizar o seu arquivo. Com isso, a AP espera poder responder, com provas, aos pedidos de aposentação, completa o SE.

Sobre este particular, a directora dos Recursos Humanos do MIT explica que estão à espera dos arquivistas que a AP ficou de contratar para organizar os seus arquivos. Liliana Cardoso confirma a existência de uma grande quantidade de documentos armazenados no ministério, que não estão nem catalogados e muito menos organizados. *“Técnicos da AP vieram cá ver os documentos e ficaram de enviar uma equipa para organizar os nossos arquivos porque não temos dinheiro para contratar arquivistas”*.

Segundo Cardoso, muitos dos documentos desorganizados do MIT transitaram das Obras Públicas e de outros serviços. E mais, existem pessoas à espera de folhas de salários, que estão extraviadas nesse manancial de papéis, para apressar o seu processo de aposentadoria. *“Mas sei também que uma quantidade considerável de documentos se perdeu ou foram danificados pelas chuvas. Mesmo assim, ainda existe um manancial de documentos, que estão abandonados porque não temos ninguém para fazer esse trabalho”*, assevera esta responsável, para quem, pelo volume de papéis existentes no MIT, este é um trabalho para ser executado, de forma intensiva, num prazo mínimo de três meses.

Cardoso reconhece que, não obstante os constrangimentos que a desorganização dos documentos provoca, no ano passado receberam um comunicado da AP a proibir que o MIT emitisse certidões com base em testemunhos de pessoas idóneas. E isso porque, afirma a directora de RH, foram detectadas falcatruas de pessoas que nunca trabalharam para o Estado cujos processos foram aceites, com base em testemunhos. E, como acaba por acontecer em situações do género, verifica-se agora o justo estar a pagar pelo pecador.

## Prova testemunhal

Na posse de mais dados sobre este processo, a directora-geral da Administração Pública

explica também que está em curso a contratação de um profissional cuja tarefa é organizar o arquivo referente à prestação do tempo de serviço dos chamados jornaleiros.

De acordo com Dicla Évora, este trabalho é financiado pela SE da AP e terá a duração de oito meses. *“Este trabalho consistirá, em fazer o levantamento exaustivo dos dados concernentes aos jornaleiros (nome, tempo de serviço...). Os que não constarem deste levantamento poderão recorrer à prova testemunhal, uma vez que parte do arquivo do MIT foi destruída. Esta prova deve ser com base no testemunho dos chefes de secção ou dirigentes de nível superior do serviço que outrora apelidava-se de Obras Públicas”*.

Para aquela responsável, em conformidade com os artigos 49 e 53 da Lei n.º 61/III/89, é necessário que o funcionário ou agente faça prova do tempo de serviço. Para isso, diz, é-lhe solicitado o processo individual porque

***Não é só dizer que trabalharam para o Estado. As pessoas têm de apresentar provas que, de facto, trabalharam para o Estado. Também não sou contra o testemunho de pessoas idóneas, como se quer fazer crer. Apenas quero dar credibilidade aos testemunhos.***

contam todas as informações e elementos de prova. No caso dos trabalhadores afectos ao MIT, prossegue Dicla Évora, este dispõe de um arquivo contendo folhas de salários do pessoal que trabalhou nas obras públicas. *“Até 2003/2004, o MIT baseava nas folhas de salário para emitir uma certidão de efectividade do tempo de serviço. No entanto, por diversos motivos, o arquivo carece de uma profunda organização, estando em condições impróprias para consulta”*, diz.

Para clarificar o processo, o Decreto-Lei n.º 2/95 de 23 de Janeiro, no seu artigo 6º, veio dizer que tem direito a prestações da Pensão Social Mínima os cidadãos que preencham, cumulativamente, todos os requisitos. Ou seja, que não estão abrangidos por qualquer sistema ou regime obrigatório ou facultativo de segurança social, não auferem rendimentos que excedam os níveis estabelecidos nos termos previstos no n.º 1 do artigo 7º e apresentam um quadro social, individual e familiar, particularmente vulnerável.

Este diploma foi posteriormente alterado



pelo Decreto-Lei n.º 24/2006 de 6 de Março. Este impõe que a AP trabalhe com provas, sob pena de atribuir a pensão a quem não tem direito. Daí a necessidade e a importância de organizar o arquivo do MIT. *“Um dos objectivos da organização do arquivo é sabermos quantos estão nesta situação. Um outro aspecto que teremos de analisar é que os trabalhadores que prestarem serviço nas obras públicas estão abrangidos pelo sistema da FP. Sendo desvinculados da FP e integrados em instituições cujo sistema de segurança social e o da Previdência Social, conservam o direito à aposentação pelo tempo de serviço prestado na FP, desde que preencham os requisitos previstos na Lei n.º 61/III/89, sem prejuízo de beneficiarem da aposentação pelo tempo de serviço prestado na nova instituição”*, assevera Évora.

Exactamente para evitar situações dúbias, segundo a DG da AP, no quadro das reformas propõe-se criar uma lei de bases do regime da FP que prevê como novidade, a institucionalização da pensão unificada. Com isso, argumenta, o trabalhador, ao longo da sua vida profissional,

pode passar por vários regimes de previdência social (sistema de previdência social, sistema da FP), pagando sempre as suas contribuições ou quotizações. No final da sua carreira este receberá uma pensão unificada paga pelo regime de previdência social para o qual tenha feito o último pagamento das contribuições ou quotizações. É que os demais regimes ficarão obrigados a entregar ao outro o montante da respectiva parcela de pensão que lhe caiba legalmente pagar, nos termos da lei. *“Com esta proposta pretende-se que o trabalhador transite com segurança quanto à pensão futura, pelos diferentes sistemas de previdência social”*.

Em relação aos funcionários que continuam na AP mesmo depois de atingirem a idade limite de reforma, para aumentar a base de cálculo da pensão, Dicla Évora confirma que existem trabalhadores que prestaram serviço nas Obras Públicas e actualmente continuam a exercer funções na AP. E, embora tenham completado 60 anos de idade, encontram dificuldades em provar todo o tempo de serviço.

Aliás, é com o intuito de salvaguardar o

hos



*É preciso garantir a aposentação aos cidadãos que efectivamente tenham prestado serviço ao Estado de Cabo Verde. Mas, do modo como funcionava, tornava-se fácil para qualquer pessoa aposentar alegando que prestou serviço nas obras públicas.*

interesse destes trabalhadores e o interesse público que, informa a DG da AP, o MIT sentiu necessidade de organizar o seu arquivo. “É preciso garantir a aposentação aos cidadãos que efectivamente tenham prestado serviço ao Estado de Cabo Verde. Mas, do modo como funcionava, tornava-se fácil para qualquer pessoa aposentar alegando que prestou serviço nas obras públicas. Registamos muitos casos de pessoas que indicavam testemunhas que nem sequer conheciam ou testemunhas que na altura em que prestaram serviço tinham apenas três anos de idade”, exemplifica esta responsável da AP.

Este é um dossier que, pela sua especificidade, exige que Cabo Verde acerte as contas com a sua própria história. É que muitos trabalhadores actualmente nesta situação iniciaram a sua vida profissional na época colonial. Sobre este particular, e em jeito de conclusão, Diela Évora assegura que o tempo prestado por cabo-verdianos na ex-metrópole e nas ex-colónias tem sido da responsabilidade do Estado de Cabo Verde.

DANIEL  
MEDINA



## GLOBALIZADOS

Todo o santo dia somos literalmente invadidos, nas nossas casas, numa catadupa de informações, providas ou não de total veracidade, impregnadas na maior parte das vezes da intenção – acreditamos – de pura objectividade, de total isenção, de neutralidade militante, de nenhum encosto a alguma tendenciosidade.

Mas, quem faz as notícias, são homens como nós, com valores, caracteres, gostos, culturas, vivências. Daí que, por vezes, se entre em conflito, com a realidade dos factos vistos ou aferidos e a dos inferidos ou analisados.

Mas, o interessante, é que a maioria das notícias que nos entram pela vida dentro, pelos olhos dos dias, estão quase todas impregnadas de coisas pouco boas, de malefícios mil, de terrores e de assaltos, de más intenções e de um olhar a roçar o apocalíptico.

E todos nós acreditamos nelas. É a chamada democracia dos média. E como não temos tempo para nos certificarmos das coisas, nem meios para isso, resta conjugar o verbo acreditar que no presente é mesmo assim, e que no futuro poderá ser pior, por isso, é melhor nos mantermos informados, não vá o diabo tecê-las.

As notícias são mesmo assim. Levadas à letra, podem atingir os píncaros do universo, mudar a percepção da vida ou da que as pessoas têm das coisas corriqueiras, dar ou tirar notoriedade, gerar – ou se quiserem –, conferir fama ou em último caso, matar simbolicamente alguém.

À laia de exemplo, os nossos pontinhos de terra plantados, por vezes só visíveis à lupa bem graduada, parece terem nos últimos tempos ganho estatuto de país a sério. Há reconhecimento sobre os pilares que estão a ser construídos para a nossa jovem democracia, os binóculos do observatório da imprensa vêem que não há pressão – leia-se, há liberdade de imprensa –, os investidores estrangeiros abriram os seus olhos grandes para estas ilhas castanhas, enfim...

Nestes últimos tempos o marketing local, ou algum trabalho de longo prazo está a dar os seus frutos – as coisas começaram a funcionar de forma global. Como se fosse café expresso, fast food, ou outro consumível mundial.

Será que estamos a dar vistas mesmo, e nem disso temos consciência? Ou será que é ilusão de óptica provocada pelos holofotes da moda, que escolheram Cabo Verde para “localizar-se” no mapa?

Alguém lhes vende a nossa imagem? Mas, falaram-lhes mesmo de tudo? Este local globalizado será decerto levado aos sete ventos, pelas boas novas, que só a máquina empresarial ou quiçá a câmara fotográfica e de TV conseguem fazer... milagres, minha gente.

De puros desconhecidos, passámos de um momento para o outro a tela de cinema, com Cesária, Mendes Brothers, Bau e, os investidores à procura de coisas novas descobriam-nos, de novo. É a segunda fase dos descobrimentos.

Só ainda não consegui entender, se eles vêm vender-nos algo, ou se vêm comprar.

Mas a globalização é isso mesmo. Todos estarem em interacção e influenciarem uns aos outros... com produtos, ideias, e formas de vida.

Para muitos o importante é que estejamos na ribalta, mas é bom não esquecermos que por estarmos agora tão visíveis através do ecrã do mundo, isso poderá despertar a ganância de outros meliantes prontos para qualquer compromisso por debaixo da mesa.

Estamos a ficar globalizados, estamos a ser conhecidos e estas ilhas estão a saltar para o estrelato. Mas o estrelato leva-nos, como sabem, a perder um pouco da nossa vida privada. Os ganhos financeiros têm sempre reflexos nos modos de vida. E isso está à vista e já podemos remediar ou controlar algumas situações.

Roupas, cultura, ideias democráticas, liberalização económica, offshores, livre circulação de produtos e bens...? Estão para chegar!? Quando chegarem já teremos vendido parte da nossa intimidade, decerto. Mas estaremos nessa altura, decerto a pensar

*Estamos a ficar globalizados, estamos a ser conhecidos e estas ilhas estão a saltar para o estrelato. Mas o estrelato leva-nos, como sabem, a perder um pouco da nossa vida privada.* ”

mais na compensação monetária.

Teremos saudades dos recantos, só nossos. Mas a acomodação e o luxo já farão parte dos nossos dias, e da dos nossos filhos que já irão para a escola de nikes e bicicles com óculos Ray Ban e de motinhas.

Asaudade só será uma lembrança daquilo que era só egoisticamente nosso, porque este local tornara-se irremediavelmente global e de todos.

Será sim, um pouco, o inverso das coisas. Aglocalização. E as notícias continuarão aqui para confirmar que, pelo menos, estamos ou estivemos aqui a dizer, não sei o quê.

Mas, como as tecnologias têm o condão de nos levar cada vez mais longe, dando-nos a impressão de estarmos a globalizar os outros também, resta essa consolação. E a de nos mantermos irremediavelmente bem acordados e atentos à matemática da ilusão das notícias que nos fazem crer que o mundo de hoje em diante, poderá passar a girar à nossa volta, e quem sabe, sermos o centro do mundo.

Só dependerá da eloquência e dos argumentos do orador.

## Taxista denuncia concorrência desleal

A actividade de dois automóveis licenciados para o serviço turístico anda a criar dissabores no seio dos taxistas mindelenses. Adriano Rodrigues deu a cara para denunciar uma alegada concorrência desleal por parte dos dois jipes Prado que, segundo diz, intercalam o trabalho turístico com os fretes destinados aos táxis.

“Estes carros andam a desafiar os táxis de forma descarada e abusiva. O pior é que a Polícia de Trânsito tem conhecimento dessas irregularidades e nada faz”, desabafa Adriano Rodrigues, que já perdeu a conta de quantas vezes abordou a Polícia sobre a actividade dos dois alegados concorrentes.

Como diz, os “Prados” chegaram ao ponto de usar letreiros de táxis luminosos no tejadilho, confundindo os passageiros. Depois foram obrigados a usar a sinalização correcta no interior do carro, por força de uma nota emitida pela Delegação da Viação. “Uma dessas viaturas criou a sua própria praça junto à rotunda da Ribeirinha. Nunca tive conhecimento de concentração de turistas por esses lados”, ironiza Rodrigues, que quer ver todos os táxis que funcionam na praça identificados com a cor branca e faixa amarela e verde.

“Inveja e ciúmes”, reagiram assim os proprietários dos dois Prados. Para Naiss, ex-Presidente da Associação de Táxis de S. Vicente, e Djulai, os taxistas andam a confundir muita coisa, entre as quais a definição de turista. “Eles pensam que um turista tem que ser branco de olhos azuis. Esquecem que existe o turismo interno, ou seja, quem chega a S. Vicente vindo de outra ilha é um potencial turista”, explica Naiss, que conseguiu uma licença de turismo para poder trabalhar com as agências de viagem, hotéis, residenciais e empresas diversas. “Sei exactamente aquilo que posso e não posso fazer. Já fui chamado ao Trânsito por quatro vezes por causa deste assunto e acredito que não serei mais chateado”, adverte Naiss, que aproveita para convidar os taxistas a denunciarem a actividade dos transportes clandestinos, em S. Vicente, “mas com nomes e chapas de matrícula”.

Quanto a Djulai, ameaça processar judicialmente Adriano Rodrigues pelo simples facto de o estar a tratar na praça pública como um transgressor. “Não tenho nenhum táxi pirata, exerço a minha actividade dentro da legalidade, não admito este tipo de calúnias”, desabafou Djulai, que considera descabido passar-se a ideia de que dois “Prados” andam a concorrer contra mais de duzentos táxis.

Segundo Djulai, a sua licença permite-lhe transportar passageiros turistas e outras pessoas que solicitam o seu serviço, por exemplo, via telefone. Estranha, no entanto, a reacção dos taxistas quando, segundo diz, eles próprios transportam turistas e todo o género de passageiros. Quanto à utilização de letreiros luminosos, Naiss e Djulai asseguram que tinham a inscrição de transporte turístico e não de táxis.

KZB



PORTO NOVO

## Professores-condutores

O caso dos professores-condutores está a originar desentendimentos na Delegação do MEES, em Porto Novo. De um lado, o Delegado que defende que a situação põe em causa a imagem dos professores. Do outro, os professores que defendem que não são os únicos a acumular funções.

A situação, que acontece há muitos anos, tomou forma de incompatibilidade com o novo Delegado do Ministério da Educação e Ensino Superior, Carlos Delgado.

De acordo com Carlos Delgado, este tem recebido várias queixas de encarregados de educação, e não só, preocupados com a situação de alguns professores que, para além de serem docentes, são também “condutores de praça”.

“As pessoas mostram-se preocupadas com a situação. Chegam mesmo a questionar a capacidade de um professor em lidar e transmitir conhecimentos aos alunos, depois de horas a fio sentado atrás de um volante”, afirma Delgado.

Segundo o responsável do MEES em Porto Novo, medidas estão a ser tomadas no sentido de contornar a situação.

“Eu já me reuni com todos os professores

que estavam nessa situação e lhes mostrei a posição do MEES em relação ao assunto. A maioria compreendeu e contratou condutores, uma vez que são também proprietários das viaturas”, explica o delegado.

Carlos Delgado afirma, no entanto, ter conhecimento de professores que não acataram a decisão, alegando não serem os únicos professores a exercer uma segunda função.

“Realmente trata-se de um problema nacional. Por isso é que as medidas serão também a nível nacional. Eles têm um tempo para rever a sua situação. Caso contrário, vamos ser obrigados a tomar medidas”, salienta Delgado.

Quem parece não entender “as esquisitices” do delegado são os “professores-condutores”.

Para o professor C., a questão vai para além da imagem. “Há uma questão muito simples que é preciso ver. O delegado alega tratar-se de uma questão de imagem. Eu acho que não, porque ser condutor é uma profissão tão honesta como ser professor. Diz que é desprestigiado a classe. Porquê? Agora, se os encarregados de educação estão preocupados com o nosso desempenho, por que é que não vão assistir a uma aula?”, questiona esse

professor. C., condutor há mais de quatro anos, afirma que nunca deixou de cumprir com as suas obrigações. “Quem tiver dúvidas, pode perguntar ao meu gestor. Nunca deixei uma aula a meio para fazer um frete”.

Para C. se a questão for acumulação de funções, então aí a coisa muda de figura. “A maioria dos professores em Cabo Verde acumulam funções. E, se o problema for esse convém começar a ver desde o topo. Se é uma função que não põe em causa o meu desempenho como professor, acho que ninguém tem que se meter. É a minha vida privada e só a mim diz respeito”, acrescenta C.

C. afirma que há muita maldade por trás das “supostas denúncias”. “Chegaram a dizer que fomos para a Alfabetização de Adultos leccionar à noite, por conveniência. Não sabem que se trata de uma permuta que fizemos com os nossos colegas, para que eles também pudessem seguir a sua formação” acrescenta C.

Com ou sem razão, o professor C. garante que não vai deixar de conduzir e não teme qualquer medida por parte do MEES já que nunca esteve e nem está em causa o seu desempenho como docente.

Raquel Mendes

## Municípios discutem orçamento: Entre os 2 milhões da Praia e os 239 mil de S. Salvador

Diversas assembleias municipais começaram a discutir ontem, 27, os respectivos instrumentos de gestão. Nota de destaque para o Município da Praia, onde o orçamento ultrapassa os dois milhões de contos. As autarquias de São Salvador do Mundo (Santiago), com um orçamento de 239 mil contos, da Ribeira Grande (Santo Antão), da Ribeira Brava (São Nicolau) e Santa Catarina vão também debater projectos com a oposição.

A Assembleia Municipal da Praia reúne-se no salão de banquetes da Assembleia Nacional para debater o orçamento de 2009, no valor de 2,3 milhões de de 2,3 milhões de contos. Cerca de 55

por cento desse montante destina-se a “políticas urbanas de desenvolvimento”, ordenamento de território e outros programas de investimento.

A Câmara da Praia propõe dar uma atenção especial à juventude e ao desporto, sectores aos quais vai disponibilizar 18 por cento da verba destinada aos investimentos. Aliás, a CMP decidiu que vai apoiar não só actividades de educação infanto-juvenil, destinadas a crianças em risco de exclusão social, como também projectos de prevenção e combate à toxic dependência, bem como os destinados a pessoas portadoras de deficiência e à terceira idade.

No entanto, quem quiser solicitar esses apoios terá de apresentar os projectos entre os meses de Setembro e Outubro de cada ano. Mas, atenção, nenhuma associação ou organização da sociedade civil pode requerer subsídios superiores a 300 mil escudos para um determinado programa. A autarquia da capital do país promete também constituir um júri especializado para avaliar os projectos, antes de desembolsar os montantes.

O executivo de Ulisses Correia Silva terá de explicar, entretanto, aos deputados municipais o que o faz aumentar o orçamento em mais de 35 por cento, isso quando comparado com o de 2008.

Mas se a Câmara da Praia aposta em milhões, o orçamento do Município de São Salvador do Mundo - que começou a ser debatido ontem - não passa de 230 mil contos. Um valor para cobrir as despesas e os programas de 2008, já que os instrumentos de gestão para 2009 ainda não foram definidos.

Também a Assembleia Municipal da Ribeira Grande, em Santo Antão, começou ontem a análise do seu orçamento e plano de actividades para 2009. Ali, o debate parece ser mais momo do que na Praia, na medida em que o MpD detém a maioria qualificada (12 eleitos) na AM e não deverá permitir qualquer veledade aos cinco deputados do PAICV.

MÁRIO  
MATOS

# Mindelo, Cidade Mágica

**M**indelo é uma urbe celebrada por nacionais e por cidadãos do mundo inteiro que tiveram oportunidade de a visitar. Mindelo tem magia. O património edificado, a bonomia, a alegria e a abertura das suas gentes, o sentir cosmopolita da Cidade do Porto Grande, são ingredientes dessa “mágica” que tem encantado os que demandam a frescura dessa cidade atlântica. Dizem uns, que se trata de um doce veneno porque Mindelo, na sua graça de bem receber, “dobra” as vontades do visitante e molda-o no seu querer crioulo e, quando menos espera, o estrangeiro já não é estranho. É um mindelense de quatro costados... Dizem outros, que é da charmosa Baía do Porto Grande, a magia que emana de Mindelo... A verdade é que Mindelo é uma jovem cidade mas ciosa das suas tradições e do singular das suas gentes e costumes.

É verdade, também, que a maneira como a cidade se derrama, dengosa, pelas “ladeiras” da parte emersa da grande caldeira abatida do enorme vulcão que configura o Porto Grande, para confluir na baixa histórica da cidade, os edifícios, aqui e ali, ostentando a elegância da traça colonial, a proverbial limpeza das suas artérias, o pitoresco da rua de Praia e da rua de Matijim, a sedutora rua de Lisboa, o emblemático Mercado Municipal, Plurin de Viradura, a azáfama e o colorido do Mercado de Peixe, o “Pose” sempre prestes a alçar voo no sonho de outras paragens, enfim, o caldo de cultura urbana de Mindelo, são atractivos irresistíveis para naturais, nacionais e visitantes. Mindelo tem a sorte de se alimentar de um amor perene, sempre recriado, dos que o adoptam - naturais ou não - porque é fácil amar Mindelo!

Por uma gestão participada de Mindelo e S. Vicente

Amor é, também, direito de ingerência. Quem ama incondicionalmente tem o direito de se intrometer no destino do objecto de amor. É por isso que os mindelenses - e são mindelenses todos os cidadãos do mundo que trazem Mindelo no coração - devem reivindicar a sua quota-parte na gestão urbana da Cidade, mais, na gestão da Ilha.

A gestão de um estabelecimento urbano com as características de Mindelo é complexa. Desde logo pela responsabilidade de se encontrar o ponto de intersecção entre a modernidade e a tradição. Mas, também, pela conflitualidade inerente à panóplia de interesses e direitos que caracteriza a malha social urbana. É por isso que, agigantando-se o papel, as competências e as responsabilidades da edilidade na gestão da Cidade, ela não pode, sob pena de falhar no cumprimento do seu dever, resguardar-se numa gestão burocrática, circunscrita à letra da Lei, apenas, e quedar-se pelas sempiternas justificações das carências de recursos. Ela terá que investir numa gestão moderna e ousada da cidade e da Ilha, em que a participação cidadã é a pedra de toque.

Ou seja, o lugar do cidadão, das ONG, das comunidades organizadas em associações representativas, enfim, o lugar da sociedade civil, é insubstituível e incontornável na gestão urbana da Ilha.

Nada como um exemplo concreto para elucidar o que aqui se defende. A orla marítima que vai da Ponta de João Ribeiro à Ponta do Morro Branco é, certamente, uma das zonas mais nobres da Ilha de S. Vicente. Já são públicas as soluções que as entidades responsáveis pelo ordenamento da zona ribeirinha afecta ao Porto Grande, - uma fatia substancial dessa orla marítima - desenharam. Presumo, porque óbvio, que as terão discutido com a Câmara Municipal, não obstante não ter esta as competências de ordenamento do domínio marítimo. Ora, uma pergunta legítima e necessária, a ser colocada a uns e outros é a seguinte: as intervenções já realizadas na orla marítima, e outras quiçá, em esboço, inserem-se no ordenamento previsto? Não será ociosa essa questão neste momento. É que as intervenções avulsas de um passado recente, visivelmente sem obedecer a uma visão de conjunto e com sentido de futuro de ordenamento da orla marítima, terão posto em causa valências e potencialidades importantes desse espaço. Hoje, por exemplo, quem tenha sensibilidade urbanística sente que o complexo de construções onde se situam os edifícios das sedes do INPS, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Barlavento e o MindelHotel, entre outros, foi uma solução inadequada para essa zona ribeirinha. E poder-se-ia adiantar outros exemplos mais.

Claro que, muitas vezes, essas soluções urbanísticas comprometedoras de um melhor ordenamento do espaço, surgem por défice de capacidade de planeamento e execução. Ou seja, os planos de ordenamento com visão de conjunto e que antecipam e modelam a construção do espaço urbano, vão se atrasando. Os urbanistas camarários, vêm-se a braços com o bloqueio de empreendimentos que, também, são legitimamente percebidos como de grande utilidade para a cidade e para a ilha, avançam com planos detalhados, sem a necessária visão prospectiva e harmoniosa de conjunto.

Por tudo isso, defendemos que as soluções de ordenamento de espaços tão importantes como a orla marítima, não devem ser circunscritas à reflexão e decisão dos poderes públicos que sobre elas detém competências. Devem ser objecto de debate público, com a participação desde o cidadão comum até às organizações da sociedade civil, técnicos de urbanística e outras entidades e personalidades qualificadas. O que é complexo deve ser tratado de forma complexa. Aqui há lugar pela livre expressão de movimentos de cidadania a que os poderes públicos, locais e centrais, devem prestar atenção, respeitar e tratar como parceiros críticos, numa gestão participada.

Recordo o movimento que se esboçou contra a demolição dos antigos quintalões da Millers para a “restituição” à cidade, da Praça D. Luís,

**Amor é, também, direito de ingerência. Quem ama incondicionalmente tem o direito de se intrometer no destino do objecto de amor. É por isso que os mindelenses - e são mindelenses todos os cidadãos do mundo que trazem Mindelo no coração - devem reivindicar a sua quota-parte na gestão urbana da Cidade, mais, na gestão da Ilha.**

”

segundo a argumentação da edilidade vicentina. O movimento não teve força suficiente para negociar uma solução. Já pela proximidade das então eleições autárquicas de 2004, que conduziu a irremediáveis leituras eleitoralistas, já pelo pouco tempo de amadurecimento do movimento. A equipa camarária que então ganhou as eleições, optou por manter uma posição musculada e levar adiante o projecto, não reabrindo o debate público sobre o mesmo. Hoje, um olhar mais sereno conclui rapidamente que a solução encontrada não foi a melhor. A praça (?) que a Câmara Municipal construiu no espaço devoluto não tem nem a traça estética, nem a imponência e muito menos a funcionalidade da antiga Praça D. Luís, leitmotiv da demolição. A cidade ficou sem um espaço de memória onde se poderia recriar um pouco do “ambiente” das companhias carvoeiras que estão na génese do Porto Grande, enquanto porto de referência na navegação transatlântica, e da própria Cidade de Mindelo.

Uma solução negociada poderia ter sido alcançada com a “ingerência” do movimento cidadão, e abertura a diálogo, pela edilidade, em que a Cidade ganharia um novo, útil e belo espaço de lazer e fruição lúdica e, simultaneamente, um museu, espaço polivalente como todos os museus modernos, que recuperasse a memória da economia e do porto carvoeiros. Pelo meio fica a lição de que nem sempre projectos ditos de “recuperação de memória” ou de “restituição de funções urbanas” tidas como úteis e esteticamente bem conseguidas no passado, conseguem cumprir o fim anunciado pelos promotores públicos, neste caso, camarários. Será que podemos ainda arrepiar caminho?

“Doutor Lajinha”<sup>1</sup>, a praia do povo

Antes que “muskinha mjã”, é bom que se comece a reflectir e debater sobre a Lajinha. Os projectos que têm sido aventados para a Lajinha são “mais que muitos”... Quanto a mim, o vicentino comum e os seus legítimos representantes, devem dizer aos poderes públicos, locais e centrais e aos empreendedores da coisa turística e afins o seguinte: “venham projectos e mais projectos para a Lajinha mas, com a condição, inegociável, de respeitarem “Lajinha praia do cidadão comum de S. Vicente”. Então não é um “must” uma cidade crioula, dengosa, sedutora que nem Mindelo, ter uma praia bonita, passerelle da estonteante beleza crioula vicentina e tão mágica que até já a chamam de “Doutor Lajinha”? O repto está lançado!

Deputado da Nação  
marzim54@gmail.com

<sup>1</sup> Escrevo “Lajinha”, assim com “jota” porque considero que o étimo vem de “laje” ou “lajedo”. Afinal, não decorreu assim tanto tempo desde que a Lajinha era uma praia de pouca areia, com muitos lajedos e calhaus roliços... Penso, salvo o devido respeito por opinião contrária, que o nome vem daí.



# Dois polícias acusados de agressão em São Filipe

Dois jovens de São Filipe - Nilton de Pina, empresário da "Boite Hexagonal", e Joãozinho, condutor de profissão -, acusam dois agentes policiais de agressão e abuso de poder. O caso reporta-se à madrugada de domingo, em frente àquele espaço de diversão nocturna. As alegadas vítimas, de 28 e 30 anos, afirmam que foram atingidas com socos, chutos coronhadas e bofetões.

NICOLAU CENTEIO

**D**e acordo com os dois jovens, estes encontravam-se na Boite Hexagonal quando dois agentes à paisana (um do Piquete e outro da Alfândega), conhecidos por Fábio Nho Gabriel e Walter, geraram uma "tremenda confusão" com outras pessoas. Na posse de armas, os referidos agentes fizeram sete disparos para o ar intimidando os presentes.



Diante disso, Nilton e João decidiram chamar a Polícia para repor a ordem. Mas antes da PN chegar ao local os dois agentes, que estavam à paisana e de férias, quiseram sair do local, mas os dois jovens avisaram-nos que não podiam ir embora porque tinham sido eles a gerar a confusão. Dito isto, ainda de acordo com a sua versão, os polícias começaram a espancar Nilton e João com socos e pontapés até a PN chegar. E, ao invés dos agentes "problemáticos" serem autuados, foram os dois accionadores da PN que acabaram por ser presos.

Mas a história não termina aqui. Ao chegarem à esquadra, os dois agentes em causa já estavam lá à espera de Nilton e João. Estes tentaram explicar aos graduados de serviço que tinham sido eles a chamar a PN, mas estes não quiseram saber da verdade dos factos. Pelo contrário, em vez disso, acabaram encarcerados e alegadamente espancados, de novo pelos mesmos agentes, com bofetões, socos, pontapés e coronhadas que lhes causaram hematomas e feridas na cabeça, face e não só. De tanto apanhar Nilton de Pina conta que acabou por desmaiar.

Um dos polícias terá dito a Nilton que caso o quisesse matar fá-lo-ia sem problema e que no dia seguinte era "só preencher a papelada e preparar o enterro". E mais, Nilton conta ainda que nesse dia o graduado de serviço deixou o agente Fábio Nho Gabriel, que se encontrava de férias, comandar a situação, com ordens e agressões sem justa causa.

"Considero um abuso de poder, cumprimos o dever de cidadãos ao chamarmos a PN para intervir numa confusão e acabámos nós por ser presos e espancados por polícias que se dizem capazes até de matar", afirma Joãozinho. E, para ilustrar o que aconteceu, esse cidadão mostrou as várias marcas de agressão que tem pelo corpo, principalmente na canela, onde levou vários pontapés.

Segundo os agredidos, os dois agentes estavam embriagados e na posse de armas com as quais fizeram disparos que geraram revolta dos presentes no local.

Ao que este semanário pôde apurar, o caso já deu entrada no Tribunal de São Filipe e será julgado a 17 de Dezembro. A Semana tentou ouvir a versão da Polícia Nacional em São Filipe, sem sucesso.

## Cemitério de São Filipe alvo de vandalismo



**O**velho cemitério municipal de São Filipe, também conhecido por "cemitério dos brancos", está a ser alvo de actos de vandalismo. A denúncia partiu de um cidadão que tem um familiar ali sepultado. "Eu quero acreditar que foram puros actos de vandalismo e não por outros motivos", diz essa fonte.

Outros cidadãos condenam também com igual veemência o alegado vandalismo por que tem estado a passar o cemitério e apelam às autoridades que ponham cobro à situação. Há casos de mausoléus destruídos, sepulturas profanadas ou destruídas, fora outros "actos reprováveis", segundo as mesmas fontes. Estas consideram que tais actos são "um crime e ofensa à sociedade sanfilipense".

No cemitério dos brancos, como chegou a ser conhecido em tempos idos, por nele apenas ser enterrada gente nobre ou endinheirada da ilha do Fogo, o último registo funerário aconteceu há cerca de um mês. Pouco solicitado, geralmente o local encontra-se fechado e só é aberto quando há pedido prévio para visitas ou em casos de enterro que geralmente só acontecem de tempos em tempos. Por isso, os supostos actos de vandalismo dificilmente são detectados a tempo de serem apurados.

O director do Saneamento, Mercado, Feiras e Cemitérios de S. Filipe, João Dias de Barros, disse a este semanário que desconhece quaisquer actos de vandalismo no antigo cemitério. Pelo contrário, o que existe, afirma, é uma proposta da CMSF para a recuperação e conser-

vação do local, algo que passa pela substituição do muro de protecção e melhoria da via de acesso ao cemitério. "A preocupação da CMSF é manter o local mais acessível e bem conservado, porque o cemitério faz parte da história de São Filipe e do Fogo", afirma.

Para Barros, actos de vandalismo no local são uma novidade. "Os nossos serviços nunca receberam qualquer denúncia ou queixa de familiares, ou de quem quer que seja, de que o cemitério está a ser alvo de vandalismo". E apesar de ser considerado "cemitério dos brancos", aquele responsável municipal salienta que qualquer pessoa pode ser autorizada a sepultar familiares ou construir os mausoléus naquela infra-estrutura.

Nicolau Centeio



## Mulher presa por tráfico de droga no Sal

Uma mulher foi presa na semana passada na ilha do Sal, quando tinha na sua posse diversas placas de cocaína. Uma arma e dinheiro foram também confiscados pelo Departamento de Investigação Criminal do Sal. Esta é mais uma operação da PJ salense e demonstra o afinco das autoridades na luta contra o tráfico de estupefacientes.

A droga apreendida, segundo a PJ, dava para confeccionar mais de duzentas doses individuais de crack. A suspeita estava na mira da Polícia Judiciária desde Maio deste ano, mas só agora é que a PJ conseguiu pôr-lhe as mãos em cima, depois de uma sigilosa investigação.

Nesta operação, um homem também acabou preso, sob a acusação de

porte ilegal de arma. O detido, de 39 anos, foi indiciado como dono de uma arma de fogo entretanto apreendida pela polícia. Segundo a PJ a arma, em bom estado de conservação e funcionamento, tinha um carregador com munições. A PJ também confiscou ao dito indivíduo uma certa quantia em dinheiro que se presume ser proveniente do tráfico de cocaína.

Esta é mais uma prisão a entrar na lista de detenções por tráfico na ilha do Sal. O flagelo que atinge a sociedade cabo-verdiana e, como A Semana não pára de noticiar, tem vindo a exigir uma crescente mobilização de meios para o seu combate. Assim, as nossas autoridades na perseguição desse crime que tem de ser definitivamente irradiado, não deixam também de mostrar um trabalho redobrado e eficaz. Mas há que fazer mais: no Sal a

situação é crítica, com o tráfico e o uso de drogas a tomarem conta da ilha do aeroporto pondo em causa o turismo. Nas ruas de Santa Maria, há relatos de jovens e adolescentes a drogarem-se em plena luz do dia e aos olhos de toda a gente.

De Outubro para cá, A Semana já noticiou vários flagrantes, prisões e apreensões de droga levados a cabo. E os números e a frequência assustam porque são sinais de haver uma intensa actividade. Entre aqueles que caíram nas malhas da lei está uma mulher está na mira da PJ desde 2006, altura em que teria transportado da cidade da Praia para o Sal, por via marítima, uma quantidade considerável de "pad-jinha". Esta mesma suspeita é também acusada de tentar introduzir na Cadeia Civil do Sal uma certa quantidade de cannabis.

## Tráfico e colaboração com rede criminosa

Um cidadão brasileiro foi sujeito a julgamento pelo Tribunal do Sal esta quinta-feira 27, acusado dos crimes de tráfico de estupefaciente e colaboração com entidade criminosa. Natural de S. Paulo, Eder Silva foi detido em Novembro de 2007 no aeroporto internacional do Sal por suspeita de ser um correio da droga. O brasileiro foi abordado por agentes da PJ e submetido a um exame de raio-X que comprovou a existência de corpos estranhos no seu organismo. Após medicação, expeliu cinquenta e cinco cápsulas contendo

670 gramas de cocaína de elevada qualidade.

Segundo o apurado, Eder recebeu a droga de três indivíduos e deveria entregá-la a um receptor no Sal. Mas, até o momento, a PJ não conseguiu capturar o resto da quadrilha.

Eder Silva poderá apanhar vários anos de prisão. O crime de tráfico é punido com pena de quatro a doze anos de cadeia e o de cooperação com redes criminosas vai de cinco a quinze anos de prisão.

KzB

## Assaltantes julgados no Sal

O Tribunal do Sal concluiu, na passada quarta-feira, os julgamentos de dois processos relacionados com a prática de roubo e assaltos. Os dois casos envolvem, no total, dezassete arguidos, nove acusados da prática de roubo e oito de receitação.

Os principais acusados confessaram os crimes e podem ser condenados a mais de dez anos de prisão. Um dos arguidos, responsável pela prática de dez roubos, pode atingir por acumulado jurídico os vinte e cinco anos de cadeia, a pena máxima permitida em Cabo Verde.

Entre os julgados encontram-se dois jovens que cometeram uma série de assaltos à mão armada e encapuzados. Os dois chegaram a atacar uma loja de materiais de telecomunicações, armados com uma pistola e uma faca.

O Tribunal marcou a leitura das sentenças para o dia 12 de Dezembro.

KzB

## Major detido por suspeita de pedofilia

Um oficial das Forças Armadas suspeito da prática de pedofilia com a própria filha encontra-se detido no Tribunal Militar mas sob custódia do Tribunal Criminal da Praia. O Major da Guarda Costeira, que é acusado de ter mantido relações sexuais reiteradas com uma menina de onze anos de idade, recebeu ordens de detenção no passado sábado de manhã, depois de ter sido intimado a comparecer nas instâncias judiciais da Capital. Dada a gravidade do crime, foi-lhe decretado a medida de prisão preventiva.

Sobre o Major pende a suspeita de ter violado uma das filhas sob ameaça de morte durante um longo período. Angustiado com o comportamento incestuoso do pai, a vítima terá desabafado com uma professora, que passou as informações à gestora da escola onde a criança estuda. A denúncia chegou mais tarde ao conhecimento do ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente -, que encaminhou o assunto para o Ministério Público.

Consta que o suspeito, terá problemas de alcoolismo mas uma fonte militar desmentiu esse rumor. Essa mesma fonte garante que, durante todo o tempo que conviveu com o Major, nunca se apercebeu de qualquer relação de dependência alcoólica do arguido.

Este militar de alta patente aguarda julgamento num dos quartéis da Praia, conforme o estatuto



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PRAIA

3º Juízo Cível

ANÚNCIO

Pelo Cartório do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial desta Comarca, na Execução, Ordinária registados sob o nº 06/08, movidos pelo exequente, **Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.**, com sede nesta Cidade, Representado pelo Presidente da Comissão Executiva, contra o executado, **Ezequiel Moreira**, mais conhecido por "**Zeca Santominta**" residente em Tira Chapéu, Cidade da Praia, correm éditos de 20(vinte) dias, contados da segunda e última publicação do presente anúncio, cintando os credores desconhecidos do referido executado, para, no prazo de 10 (dez) dias, findo os éditos reclamarem o pagamento dos respectivos créditos pelo produto do bem imóvel penhorado nos referidos autos pertencente ao executado e sobre que tenham garantia real.

Secretaria do 3º Juízo Cível na Praia, aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e oito.

O Juiz de Direito,

Dr. Sebastião Mendes de Pina

O Ajudante de Escrivão

Severino Lopes Cabral

# IEFP: Principais programas e projectos de emprego

O IEFPTem como uma das suas grandes prioridades a inserção dos activos no mercado de trabalho, através da promoção de um trabalho decente e a inclusão social. O instituto vem, com efeito, implementando diversas políticas de promoção activa do emprego em Cabo Verde. Tudo com o objectivo de reduzir o desemprego, sobretudo nas camadas mais jovens e nos grupos sociais mais desfavorecidos.

O destaque vai para o Programa Nacional de Estágios Profissionais ( PNEP ) , que vem sendo executado com êxito. Trata-se de um programa de abrangência nacional e constitui uma medida de política para o combate ao desemprego, facilitando a inserção dos jovens diplomados no mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma experiência profissional e um primeiro contacto com a realidade laboral.

O programa arrancou em Setembro de 2007, e contou com uma fase piloto que se estendeu até Dezembro do mesmo ano. Nessa fase, 70 jovens beneficiaram de um estágio profissional. A 2ª fase desse programa iniciou em Janeiro de 2008 e está a ser implementado em todos os Centros de Emprego (Praia, Mindelo, Assomada, Sal, Fogo/Brava e Santo Antão). Até o mês de Julho do corrente ano, o PNEP contava com cerca 241 novos inscritos, tendo 42 beneficiado com colocação em estágios nas empresas.

O programa destina-se a jovens com idade compreendida entre os 18 e 35 anos, habilitados com curso superior e/ou formação profissional de níveis III, IV e V, que reúnem as seguintes condições:

- Desempregados à procura do primeiro emprego, que nunca tenham exercido uma actividade profissional.
- Finalistas de cursos superiores e de formação profissional.
- Desempregados à procura de novo emprego que tenham adquirido uma qualificação e não tenham tido ocupação profissional nessa área.

## Aprendizagem e emprego público

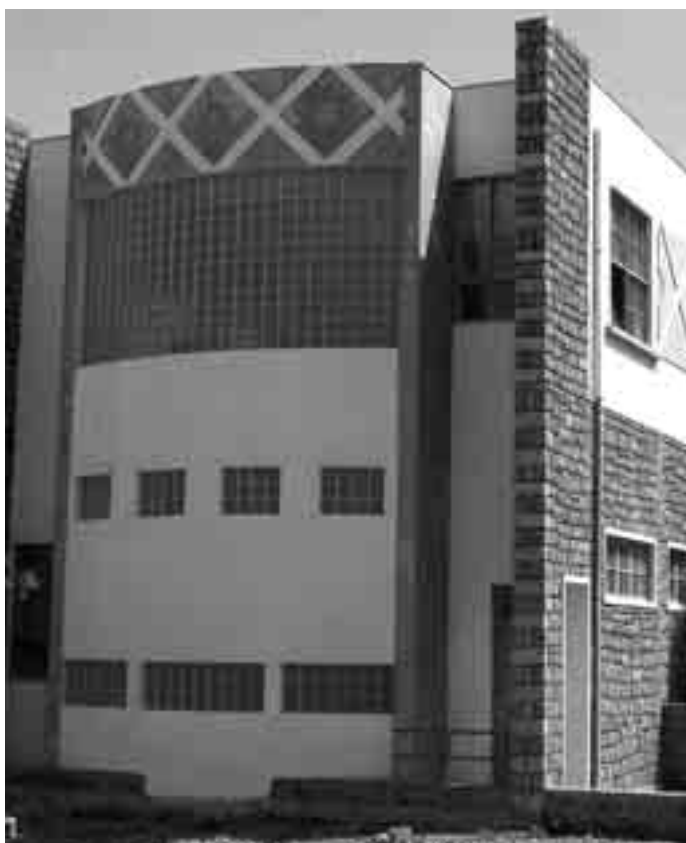
Está também em andamento o Programa de Aprendizagem de Jovens - PAJ. Este tem abrangência nacional e está a ser desenvolvido em todos os Centros de Emprego e Formação afectos ao IEFPT, beneficiando no total, cerca de 200 jovens em todo o país.

O objectivo deste programa é qualificar e aperfeiçoar os jovens e adultos, principalmente os que se encontram na faixa etária dos 14 aos 24 anos e que abandonam precocemente o sistema formal do ensino. Constitui uma importante medida activa de emprego direccionada a um dos segmentos mais afectados pelo desemprego. Através da promoção de acções de formação em alternância nas mais diversas áreas, o Estado vem condições para a inserção desses desempregados no mercado de trabalho.

O mesmo se pode dizer sobre o Programa Emprego Público Qualificado (PEPQ), que tem como objectivo baixar a taxa de desemprego dos trabalhadores das FAIMO e conseqüentemente reduzir a pobreza no meio rural. Pretende-se com o referido programa promover a qualificação profissional de jovens inscritos na FAIMO, sem emprego e sem qualificação, e que tenham entre os 18 e os 34 anos de idade.

Para a implementar esse programa, o IEFPT assinou, em 2007, um protocolo de parceria com a DGASP, de onde saiu um plano de acção a ser executado, no qual contemplava a criação de uma fábrica de queijo na ilha de São Nicolau e o desenvolvimento de algumas acções nas ilhas de S. Nicolau e Santo Antão, nomeadamente nas áreas de agricultura irrigada e agro-alimentar.

O IEFPTem ainda em execução o Programa Soldado Cidadão - PSC. Este pretende ser uma oferta permanente de formação profissional no seio das Forças Armadas e destina-se a jovens que estão em regime de prestação do Serviço Militar Obrigatório. Tudo com o objectivo último de reduzir a incidência da taxa de desemprego entre os jovens após a prestação do SMO e contribuir



para elevar o nível da qualificação e formação dos jovens.

Este programa teve início em Dezembro de 2007 e abrange as três ilhas onde existe o Comando das Forças Armadas de Cabo Verde (São Vicente, Sal e Santiago). A meta para este ano de 2008 é contemplar 146 jovens soldados e/ou ex-soldados das FA com formações nas áreas de mecânica, construção civil, informática e condução auto-pesado.

## Empreendedorismo e BQE

O instituto está, por outro lado, a implementar o Projecto de Empreendedorismo de Mulheres. Trata-se de um projecto financiado pela Cooperação Espanhola e conta com a parceria de diversas ONGs: MORABI, OMCV, ICIEG e ADIRV. O objectivo do projecto é o desenvolvimento profissional e o apoio a iniciativas empresariais das mulheres, fomentado assim o empoderamento económico das mulheres de Cabo Verde.

### O projecto congrega três componente chaves a saber:

#### Formação

- \* Promover formação de formadores em Gestão de pequenos negócios e gestão de micro empresas.
- \* Desenvolver cursos sobre gestão de pequenos negócios e de micro-empresas destinado a mulheres chefes de família com alguma experiência na área de negócios.

#### Assessoria

- \* Prestar assistência técnica e assessoria em gestão de crédito
- \* Prestar assistência técnica e assessoria na elaboração de planos de negócios e criação de empresas

#### Financiamento

- \* Conceber créditos para as beneficiárias

Para além desses programas, o IEFPTem trabalhado no sentido de disponibilizar quer às suas estruturas como também aos diversos utilizadores, de forma permanente e actualizada informações objectivas que permitem identificar, num dado momento, as necessidades de emprego e formação profissional, assim como as ofertas de emprego existentes.

É neste contexto que surge o Projecto Bolsa de Qualificação Emprego. Apoiado nas potencialidades que as novas tecnologias de informação e comunicação põem à nossa disposição, o mesmo apoia no ajustamento entre a procura e a oferta de emprego e formação profissional, pois permite quer aos utentes, quer as empresas o registo online para procura de emprego ou empregados.

### Em termos de potencialidades, o BQE permite, de entre outros:

- \* Conhecimento da verdadeira situação de emprego/desemprego no país num dado momento;
- \* Conhecer as ofertas formativas existentes num dado momento nos diversos Centros de Emprego e/ou Formação do IEFPT;
- \* Facilitar aos empregadores o acesso rápido aos recursos humanos mais qualificados e que melhor adequem às suas necessidades;
- \* Possibilitar a inscrição on-line nos cursos de formação profissional e de candidatar-se para as vagas de emprego;
- \* Aumentar o índice de emprego através de um cruzamento eficaz entre a oferta e a procura;
- \* Recolher e disseminar informação de uma forma simples, eficaz, descentralizada e acessível;

Ligar informaticamente os centros de emprego e/ou formação entre eles, bem como com o MTFPSS, o IEFPT e eventualmente outros organismos estatais ou privados, contribuindo, desta forma, para a melhoria da governação electrónica em Cabo Verde.

Para 2009, dentro das políticas activas do emprego, prevê-se a criação de novos programas direccionados para outros públicos - alvo, nomeadamente os desempregados da longa duração e as mulheres chefes de família.

# Cabo Verde actualiza normas e protocolos marítimos

Técnicos ligados à actividade marítima e portuária actualizaram os seus conhecimentos sobre as convenções e os protocolos internacionais, num seminário ministrado por dois consultores da Organização Marítima Internacional (IMO).



O curso, realizado entre os dias 24 e 28 do corrente mês, discorreu sobre a Implementação do Estado da Bandeira, ou seja, a aplicação dos instrumentos internacionais nos domínios do combate à poluição, certificação, inspecção de navios, etc.

Segundo Zeferino Fortes, Cabo Verde tem de acompanhar não só as mudanças introduzidas nas normas e procedimentos da IMO – nomeadamente no domínio da segurança – como também na própria evolução tecnológica dos equipamentos marítimos. “Este seminário acontece graças à cooperação com a IMO mas temos outros programas em curso, nomeadamente com a Espanha. No dia 2 de Dezembro chegam dois consultores espanhóis que vêm falar sobre a actualização das leis no domínio marítimo”, avança o presidente do Instituto Marítimo e Portuário.

Cabo Verde, segundo o especialista António Coelho, tem sido um país cumpridor das normas emanadas da IMO, chega mesmo a ser considerado um país exemplar nesse domínio. “Diria que o nível de cumprimento é muito bom e sinto que há uma preocupação constante das autoridades em manter esse procedimento”, afirma este consultor da IMO, que enaltece a importância deste seminário, quanto mais não seja pelo facto de as convenções internacionais serem alvos de constantes adaptações.

K2B

**UNICA**  
UNIVERSIDADE INTERCONTINENTAL DE

**Faz a diferença estudar na UNICA**

**Candidaturas Abertas**

- Farmácia ○
- Fisioterapia ○
- Análises Clínicas ○
- Enfermagem ○

**Segundo semestre**

- Candidaturas de 20 de Outubro a 28 Novembro
- Publicação resultados 01 Dezembro
- Matrículas de 01 a 31 Dezembro

**Complemento de Licenciatura em Educação Física e Desporto**

- Candidaturas de 14 a 25 Novembro
- Publicação de resultados 26 de Novembro
- Matrículas de 26 a 28 Novembro

**Vias de Acesso - Licenciaturas**

(2º ano completo)  
Candidatos com idade igual ou superior a 25 anos.  
Titulares de cursos parciais

Rua Serpa Pinto, Nº 59 Plateau Praia - Santiago  
Telefone: 91 413 78 | 26 177 76  
www.universidadeuni.com



CARLOS GOMES JÚNIOR

# "Sou o 'Buraco' Obama da Guiné

Os resultados provisórios das legislativas guineenses de domingo, 16, dão ao PAIGC a maioria qualificada (2/3 + 1) que conseguiu eleger 67 deputados contra 28 do PRS, 03 do PRID e 01 do PND e AD. Entrevistado por jornalistas cabo-verdianos em Bissau, o próximo primeiro-ministro da GB, Carlos Gomes Júnior, Cadogo, diz que agora vai preparar-se para tirar a o seu país do "buraco" em que se encontra. Àqueles que o consideram o Barack Obama da Guiné, Cadogo responde com humor: "Sou o 'Buraco' Obama da Guiné".

Por: NÉLIO SANTOS, em Bissau

**Pergunta - O PAIGC é o grande vencedor destas eleições, o que é que o país e o mundo podem esperar de si e do PAIGC?**

**CADOGO:** Primeiramente gostaria de mandar uma mensagem ao povo-irmão de Cabo Verde e a todos os nossos emigrantes que estão em Cabo Verde. Efectivamente, esta é uma vitória do povo da Guiné-Bissau, porque votou massivamente. É a primeira vez que se regista o número de 80 por cento de votantes, isto quer dizer que há um sinal de esperança. E a minha equipa e a própria direcção do partido tentarão fazer os possíveis para corresponder a toda a expectativa.

**- O país vive em permanente dificuldade, aliado à crise internacional. Que receita para relançar a GB?**

- A receita é a boa governação. Tem que haver uma governação de rigor, que respeite minimamente os compromissos assumidos com os nossos parceiros de desenvolvimento. Estamos determinados a traçar todas as premissas que permitam fazer o saneamento das finanças públicas para haver o maior rigor possível na gestão da coisa pública e para correspondermos às expectativas

dos guineenses. Embora este seja um governo transitório, que está só para garantir as eleições e o pagamento dos salários. Como sabe, há mais de cinco meses que os salários não são pagos e a nossa cooperação inquieta com as dificuldades que hoje em dia o mundo enfrenta. A crise financeira que se registou nos EUA, directa ou indirectamente, acabará por afectar a nossa população, que é carente, o país vive com dificuldades, há derrapagens graves na execução dos programas que tinham sido traçados.

**- Quando fala do desenvolvimento da GB, certamente estará a falar dos males sociais de que padece o país. Qual vai ser a acção do PAIGC para mitigar ou diminuir esses males?**

- O PAIGC é um partido que tem responsabilidade na condução da vida dos guineenses, e esta responsabilidade é acrescida agora com todas essas expectativas que rodearam estas eleições. Naturalmente que temos um programa de governação que vai ser ainda discutido pela direcção do partido, mas estamos cientes das dificuldades que vamos enfrentar. Eu disse em vários comícios que já poderia estar a preparar a minha saída para



# Bissau"

a reforma, mas dadas as dificuldades que vivemos diariamente, o índice de corrupção que afecta a sociedade guineense, com o fenómeno do narcotráfico, e todos os indícios de má governação, entendemos que devemos ainda adiar e aceitar este desafio que o povo nos lançou de continuar à testa da governação. Portanto, os desafios são enormes e nós estamos com a coragem necessária para cumprir mais esta missão que a direcção do partido nos confiou.

**- Falemos agora da corrupção. Qual é a fórmula para acabar com a corrupção na GB, um dos principais males do país?**

- É detectar os corruptores e tentar travar os corruptos.

**- Pensa eventualmente criar um cofre único para onde será canalizado todo o dinheiro que entrar no cofre do Estado?**

- Fizemo-lo em 2005 enquanto estivemos à frente do governo. E foi quando não só o povo da GB mas também a comunidade internacional sentiu a acção da nossa governação. Em 17 meses conseguimos pôr minimamente as coisas a funcionar como deve ser. É com esta mesma vontade

que vamos voltar para travar todos os males que assolam a GB.

**- A GB está referenciada como sendo um dos pontos usados na rota do narcotráfico. Que mecanismos é que o seu Governo vai arranjar para tornear essa situação?**

- Temos consciência clara das dificuldades que vamos enfrentar, mas esperamos que a comunidade internacional também assuma as suas responsabilidades. Um país que tem uma dívida externa de mais de um bilião de dólares, apresenta um "gap" (brecha) orçamental à volta de 30 por cento, não pode, minimamente, dispor de meios para o combate ao narcotráfico.

Como sabe, são organizações do terrorismo internacional que estão muito bem equipadas e preparadas. E, nesta óptica lançamos um apelo à comunidade internacional para que apoie fortemente a GB porque o nosso governo, naturalmente, estará imbuído de toda a boa vontade para combater o narcotráfico.

Se sublinharmos que há cerca de dois meses uma conferência da CEDEAO, que decorreu na Cidade da Praia, mostrou como é que todos os países vulneráveis (casos de Cabo Verde e GB) podem ser transformados facilmente numa plataforma giratória de tráfico de droga então nós devemos ter esses meios. Portanto, as acções que foram traçadas nessa conferência de Cabo Verde implicam meios e a comunidade internacional tem que tentar desbloquear esses meios para ajudar os países mais vulneráveis.

**- Durante a campanha eleitoral ouvimos trocas de acusações, assistimos a discursos um tanto inflamados, ouvimos o líder do PRS a acusar o presidente Nino Vieira de ser o principal mentor do narcotráfico na GB. Se assim for, a luta contra o narcotráfico será muito mais difícil na GB?**

- O PAIGC é um partido que tem princípios e nós norteamos a nossa campanha obedecendo aos princípios do PAIGC. Nós não fazemos política de baixo nível, se há acusações há fóruns próprios que podem dirimir esses conflitos. Nós vamos para uma governação sobre a qual há manifestamente toda a esperança de um povo que está preocupado com o destino do país. Vamos colaborar com todos os organismos internacionais que estejam vocacionados para o combate ao narcotráfico e dar tudo o mais que for necessário e que nos for solicitado.

**- O que se ouve fora da GB, e também alguns relatórios de organismos internacionais, aponta para o envolvimento de altos oficiais militares nesse negócio ilícito. O que é que o governo do PAIGC vai fazer para mitigar ou diminuir o envolvimento de altos oficiais militares no narcotráfico?**

- Vamos tentar fazer uma governação de rigor, recorrendo à parceria de países amigos. Isso implicitamente passa pela formação de quadros. Neste momento a GB está a fazer uma reforma profunda nas forças de defesa e segurança com o apoio da comunidade internacional e, a partir desta reforma, vamos tentar fazer as correcções necessárias.

**- Há poucos dias Cabo Verde endureceu as leis de branqueamento de capitais, o seu governo também vai endurecer as leis?**

- A GB está num processo de integração regional no quadro da UEMOA e nós somos membros da CEDEAO e nessas organizações há uma lei clara sobre o branqueamento de capitais de que a GB é subscritora. Portanto, podendo cooperar com as autoridades cabo-verdianas e com todos os países da nossa sub-região, estamos abertos a fazer valer e prevalecer a lei.

**- No passado Cabo Verde e a GB tiveram relações cordialíssimas, hoje nem tanto. Como é que vê o futuro das relações entre os dois países?**

- A GB e Cabo Verde são povos-irmãos que fizeram uma luta comum. Enquanto estivemos no governo, o nosso relacionamento com Cabo Verde foi "extraordinariamente" excelente e pensamos que voltando novamente ao governo vamos fazer tudo para reforçar essa cooperação. É um dever que nós temos. Há toda uma ligação política e há mesmo laços familiares que nós vamos preservar.

**- O senhor certamente já se sente como o próximo Primeiro-ministro da GB. Logo que**

**assuma o Governo, quais vão ser as suas primeiras acções?**

- A nossa primeira acção será o saneamento das finanças públicas. Também iremos recorrer a todos os países amigos e aos parceiros de desenvolvimento para relançar a imagem do país. Vamos rever o Código de Investimento para que seja atractivo, pois, como sabe, a GB é um país virgem e há muita coisa por fazer para abriremos novas portas, para que consigamos dar um novo alento à nossa população.

**- Mas para isso é preciso um forte "engajamento" da classe política guineense. Que apelo fazia aos políticos?**

- Somos adversários políticos mas não somos inimigos. Qualquer político responsável primeiramente tem de fazer uma leitura das dificuldades que o país tem e todos juntos temos de sentar e reflectir sobre a melhor forma de cooperarmos. Se vamos procurar cooperação no estrangeiro, por que não cooperar internamente com os nossos adversários políticos para arranjar uma nova forma de convivência? Nada impede que sejamos adversários mas discutindo o destino do nosso país.

**- O senhor já está a pensar no formato do seu Governo?**

- No nosso partido, obrigatoriamente, a orgânica do governo tem de ser aprovada pelos órgãos do partido, mas as pessoas serão da responsabilidade do Primeiro-ministro.

**- E o PM já tem em mente quantas pessoas é que vão integrar o futuro Governo?**

- (Risos) O meu travesseiro estes dias tem estado bastante duro para poder acalmar a minha preocupação, o meu nervosismo. É uma grande

*Enquanto estivemos no governo,*

*o nosso relacionamento*

*com Cabo Verde foi*

*"extraordinariamente" excelente*

*e pensamos que voltando*

*novamente ao governo vamos*

*fazer tudo para reforçar*

*essa cooperação.*

”

responsabilidade, porque nós não podemos pensar só em pessoas para resolver o problema, temos é que ver as dificuldades que o país tem, temos que procurar pessoas capazes e competentes para levar o país avante.

**- Como é que será o relacionamento do seu Governo com o Presidente da República?**

- Há separação de poderes e há interdependência entre os órgãos e, naturalmente que eu, enquanto chefe do Governo, procurarei ter o melhor relacionamento possível com todos os órgãos do Estado e tentar arranjar a melhor convivência possível.

**- Há quem prognostique que o seu Governo não vai além de um ano?**

- Na política tudo é possível, mas nós vamos é tentar satisfazer os anseios da nossa população. Neste momento, com a crise internacional, o nosso povo está preocupado com o aumento do preço do arroz que é a base da dieta alimentar guineense. Temos que recorrer a todos os parceiros de desenvolvimento e a todos os países amigos para tentar minimizar essa crise e, se possível, atrair investidores, sejam eles cabo-verdianos, angolanos ou portugueses que tenham *know-how* necessário, porque a GB é uma terra fértil, precisa é de gente para trabalhar.

**- Ainda a questão da coabitação. Tem sido difícil a sua coabitação com o presidente Nino Vieira, como é que o seu Governo se vai relacionar com a Presidência da República?**

- A nossa primeira preocupação antes das eleições foi realizar o VII Congresso Ordinário do partido e pensamos que saímos mais reforçados

dele. Conseguimos ter uma direcção com equilíbrio geracional – os combatentes da liberdade da pátria têm o seu lugar, temos muitos jovens e, neste momento, estamos a trabalhar para ter novas sinergias para os grandes embates que temos pela frente.

A nossa preocupação é a verdadeira reconciliação dentro do partido. Não podemos escamotear e dizer que não existem problemas. Existiu e estamos a tentar minimizar esses focos de conflito. O próprio presidente João Bernardo Vieira foi convidado, é o presidente de honra neste momento do PAIGC, e nós pensamos que a direcção do partido tudo fez para abrir novas portas, para acabar com os conflitos, e nós vamos para o governo imbuídos da mesma fé.

Neste momento conflitos não ajudam em nada, temos é que ser capazes de ter debates de ideias, arranjar ideias que sirvam o país e não interesses pessoais.

**- Carlos Gomes Júnior já foi amigo pessoal de Nino Vieira, entre 1998/99 a amizade arrefeceu sem que as pessoas conhecessem publicamente as reais razões. Neste momento como é que está a relação pessoal entre Carlos Gomes Júnior e o Presidente Nino Vieira?**

- O nosso relacionamento é de Estado.  
**- A nível pessoal não há aproximação entre os dois?**

- Da minha parte não há razão fundamental, nós quando somos simples militantes há mais facilidades de relacionamento, mas quando assumimos certas responsabilidades a nível do partido ou do Estado, eventualmente, podemos não corresponder às expectativas das pessoas. Como sabe, exerci muitas funções de responsabilidade, fui vice-presidente da comissão de inquérito de tráfico de armas para a região senegalesa de Casamança, fui primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional, em 1998 fui contra a guerra de 07 de Junho, tive as minhas posições públicas, não foram talvez do agrado de algumas pessoas. Mas eu estou aqui para servir o povo que confiou em mim e estou pronto para assumir as minhas responsabilidades.

**- Pensa que isso é que fez com que essas relações ficassem mais frias com o presidente Nino Vieira?**

- Toda a gente me conhece pelo rigor da minha responsabilidade e da assunção da responsabilidade que tenho assumido na vida política do povo da GB. Portanto continuarei na mesma linha. Com quem quiser abraçar essa linha efectivamente, teremos o melhor relacionamento.

**- A impressão que se tem também é que o relacionamento entre Carlos Gomes Júnior e o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Tagmé Na Waie, não é o mais desejado. Se assumir a chefia do Governo, Tagmé Na Waie pode ficar tranquilo, vai continuar na chefia das Forças Armadas?**

- Eu estou aqui para assumir as responsabilidades que o povo da GB me confiar. Nesse quadro estou aberto para ter um relacionamento com toda a gente que queira o bem-estar da GB, sempre tive o melhor relacionamento possível com os militares. Hoje em dia se há um processo de reforma para a melhoria das condições nas casernas e dos nossos oficiais, por quê arranjará agora uma relação conflituosa?... Não há razão para isso, temos que pensar na evolução da nossa sociedade e não na regressão.

**- Podemos então deprender das suas palavras que Tagmé Na Waie vai continuar na chefia das Forças Armadas?**

- Ainda não tomei posse, o que lhe posso dizer é que no nosso partido somos contra a exclusão. Portanto, estamos abertos e dispostos a abraçar todos os que quiserem abraçar o processo de desenvolvimento da GB.

**- Aquilo que notámos nestas eleições é que a grande maioria dos guineenses votou em si e não no PAIGC, que consideravam um mal menor. Tem também essa percepção?**

- Temos essa percepção, mas o líder do PAIGC sem o PAIGC não é nada.

**- Nas ruas as pessoas já lhe chamam de o "Obama da GB"?**

- Eu tenho dito que sou o Buraco Obama, porque eu quero tirar a GB do buraco em que se encontra.

## OPINIÃO

# François Louis Armand Fourchent de Montrond

**D**edicatória póstuma: dedico este texto, uma verídica narrativa omnisciente versando a vida e a obra do lendário Armand Montrond, em homenagem e memória do meu querido pai Agnelo Montrond, um exímio e verdadeiro pai exemplar, o primeiro que me ensinou a escrever o meu nome completo, Agnelo Armando Montrond. Que haja paz e sossego à sua alma no paraíso.

Importa fazer uma espécie de separação das águas entre tudo aquilo que foi criativamente transformado em mitos e contos, da realidade nua e crua, sem violinos de lua, do verdadeiro percurso do Conde Francês, Armand de Montrond, que nasceu no dia 6 de Janeiro de 1844, em Grenoble, França. De nome completo François Louis Armand Fourchent De Montrond, Nho Erman di França, como era amavelmente chamado pelos fogueenses de então, dispensava a honra e a dignidade, pois era tanta a morabeza com que o povo di Djarfogo o acolhera.

Cumpra-nos devidamente desmistificar os falsos, misteriosos, e inventados contos versando o assunto em epígrafe, e repor a verdade dos factos, através dos apontamentos que se seguem. Contrariamente aos outros, deliberadamente, não optaremos pela via de especulações, nem iremos pelo caminho de conjunturas falaciosas e insustentáveis, para seriamente compartilhar com todos, alguns elementos marcantes da vida e da obra do conde francês Armand Montrond, que chegara em Cabo Verde, no século dezanove.

Naquele tempo, era muito raro encontrar um português na ilha do Fogo, quanto mais um francês. O povo assumira muitas posturas de acordo com os conhecimentos do tempo e os acontecimentos da época. Em Cabo Verde residiam de facto alguns estrangeiros, que fizeram desse arquipélago uma

segunda pátria, por razões de ordem várias. De entre os que voluntariamente decidiram fixar-se em Cabo Verde, destaca-se o ilustríssimo Conde Armand de Montrond. Tudo indica que o Conde Montrond deixara a França porque não estava satisfeito com a situação política no país. Assim sendo, decidira partir à procura de uma nova vida e um novo lar algures, imbuído de uma filosofia filantrópica. Uma carta escrita pelo seu tio Maxime de Montrond revelara os ardentes desejos do Conde Montrond de viajar para as Américas. E na rota para a América do Sul, ele teria feito uma paragem em Cabo Verde, onde as beldades o fizeram prisioneiro até ao último suspiro, conforme rezam as informações que apuramos.

Provavelmente, fora no ano 1872 que o Conde Montrond chegara ao porto Grande em S. Vicente, onde ficara muito encantado com a nossa terra e o nosso clima tropical. No princípio aventurou-se um pouco pelas ilhas de Cabo Verde, mas acabou por instalar-se na ilha do Fogo onde começaram as suas paixões e romances: Clementina, Camila, Demítília, Josefa, Antónia, Guilhermina e Jesuína foram aturada e meticulosamente escolhidas “à la française” para serem as mães dos seus vários filhos. Escolheu Cabo Verde porque gostava muito desse arquipélago e desde logo ficou encantado com essas ilhas. Segundo Nha Jesuína, a mãe do seu último filho Armando Montrond, Fidjinho para os mais íntimos, o Conde Montrond regressara à França por duas vezes para ir buscar material de construção para o seu último sobrado em Achada Maurício. A última vez que foi à França, fora aquando da morte da sua mãe Agustine.

O Conde de Montrond era um homem muito culto, um verdadeiro nobre que soubera afirmar-se

no espectro aristocrata Francês, numa altura em que a França se afirmava como sendo uma civilização avançada. O seu avô, o Dr. François Joseph Fourchent de Montrond, foi nomeado pelo Rei Louis XVIII para exercer o cargo de Chefe das repartições das finanças da região de Grenoble. Era também um membro oficial representante da monarquia francesa. O seu pai Ernest Fourchent de Montrond era engenheiro civil que exercera funções nas obras públicas, e chegara mesmo a receber uma distinção a “*Légion d’honneur*” no quadro militar, pelo governo francês, em reconhecimento do contributo e serviço prestados ao país.

Ele era muito querido pelo povo. Aliás, ele era realmente um “homem do povo” que fora seduzido por várias esbeltas mulheres, tendo cada uma delas merecido a construção de um sobrado: em Achada Maurício, no Baluarte, nos Mosteiros, em S. Filipe e também no Genebra. Importa realçar que foi ele quem baptizou o pequeno monte nas imediações de S. Filipe de monte “*Genebra*” porque era muito parecido com o “*Mont Genevre*” localizado em Grenoble, França. Monte Genebra era uma das suas fazendas onde mantinha uma das suas várias residências.

Ao longo dos 28 anos que viveu em Cabo Verde, colocou a sua sabedoria e o seu Know how ao serviço dos fogueenses, identificando fontes, construindo cisternas, estradas, mormente a famosa estrada “*Volta Volta*” que até ainda existe o seu nome AM, uma assinatura que identifica e autentica todo aquele árduo trabalho.

Na total ausência de médicos e técnicos de saúde naquele tempo, conseguia habilmente tratar muitos doentes com ervas, infusões botânicas e outras plantas medicinais. Talvez seja por isso que lhe atribuíam

poderes mágicos. Mas era de facto um médico porque cursou na universidade de Grenoble, na faculdade de medicina. Tinha experiência na construção de estradas porque o seu pai era engenheiro e chefe das obras públicas da coroa Francesa naquela época.

Conforme rezam as seguintes belas palavras de uma bem triste morna cabo-verdiana: “*Nu ben pa es mundu, nu ten ki bai pa séu, distinu sértu ki nu ten ki kunpri*”, o Conde Montrond infelizmente teve que cumprir o seu destino e veio a falecer em 1900, quando tinha 56 anos de idade, na sequência de complicações de saúde, após ter caído do seu cavalo predilecto. Morreu o Conde e ficou a obra assim como os descendentes, alguns dos quais são loiros e de olhos azuis. Em reconhecimento do seu incansável contributo para o desenvolvimento da ilha do Fogo, foi construído um centro cultural francês em S. Filipe que foi baptizado Centro Cultural Armand Montrond, o qual seguramente fará parte da eternidade.

Toda a veracidade dos factos que exortamos neste exposto pode ser comprovada através de documentos oficiais originais e legítimos constantes do acervo da Biblioteca Nacional Francesa. Porém, há alguns que constam do Arquivo Histórico Nacional da França. Estão a ser ultimados os trabalhos que irão culminar com a exibição de um filme documentário da autoria de um cineasta francês, num próximo futuro. A Família Montrond aproveita a oportunidade para agradecer sinceramente ao director deste filme, Monsieur François Noulens, residente em Paris, pelo seu interesse pela história, sociedade e cultura cabo-verdiana.

Pelos bisnetos Agnelo Armando Montrond aamontrond@yahoo.com & Alberto Mendes Montrond amontrond@aol.com, Estados Unidos da América 23 de Novembro de 2008

## Liderança no Governo: uma questão de ética e profissionalismo

“*Liderança é o processo de influenciar as actividades de um indivíduo ou de um grupo para a consecução de um objetivo numa dada situação*”.

Hersey e Blanchard

**H**oje, tendo em consideração a complexidade do mundo moderno e as situações de turbulência organizacional que todos vivemos, as organizações precisam cada vez mais de líderes que, no dia-a-dia, são capazes de gerar processos de influência que mantenham as pessoas motivadas e direccionadas às finalidades da organização.

Com efeito, a liderança tem sido um tema fulcral de discussão em várias conferências e fóruns realizados à escala internacional, bem como de pesquisas nos mais diversos campos do conhecimento humano. Esta realidade vem na sequência de um longo processo de consciencialização, a partir do qual se percebeu que o sucesso e a eficácia de qualquer organização, seja ela pública ou privada são condicionados, em grande parte, pelo estilo de liderança adoptado.

Todos nós somos líderes, pois em algum momento das nossas vidas já lidámos com essa função. Outrossim, a liderança começa, em primeiro lugar, como um processo intrapessoal. Por isso, reflectir sobre a liderança deve ser uma tarefa de todos nós, uma vez que essa reflexão nos permitirá reconhecer a importância do outro, na concretização dos objectivos pessoais e/ou colectivos.

Em quase todos os meus artigos de opinião e, com alguma frequência, venho fazendo referência ao conceito de *visão sistémica* (capacidade de identificar as ligações de factos particulares do sistema social como um todo), aspecto que, particularmente, considero extremamente importante para o aperfeiçoamento da nossa maneira de ver, interpretar e agir numa dada organização social. *A priori*, parte-se do princípio de que aquele (sobretudo o líder) que desperta um olhar sistémico sobre a sua organização, dificilmente terá problemas de natureza relacional ou comunicacional, por reconhecer, atempadamente, a necessidade de se estabelecer

uma correlação muito forte com os seus colaboradores, indispensável à eficácia do grupo e da própria organização. Efectivamente, a liderança é um processo de influência que afecta a interpretação dos acontecimentos pelos seguidores, a escolha dos objectivos, a motivação dos seguidores para cumprir os objectivos, a manutenção das relações de cooperação e do espírito de equipa, e a obtenção de apoio e cooperação de pessoas exteriores ao grupo ou organização. Portanto, é indispensável que exista uma relação sólida e profícua entre os elementos de uma organização, mas também é importante que essa relação se alargue para o exterior. Afinal de contas, a razão da existência das organizações é a sociedade.

Liderar não é uma tarefa simples, muito pelo contrário, a liderança exige conhecimento técnico mas também capacidade de negociação e argumentação técnica, paciência, disciplina, humildade, respeito e compromisso, pois a organização é um ser vivo, dotado de colaboradores dos mais diferentes tipos. A liderança não é um mero estatuto formal, mas sim produto de uma interacção continuada entre uma pessoa que tem a missão de liderar e um conjunto de outras pessoas que deverão ser lideradas.

A nível do Governo, a liderança constitui, sem dúvida, a mola-mestra para a boa governação. Governar com o espírito de liderança implica reconhecer as limitações, mas acima de tudo, pressupõe estar aberto a relacionar/cooperar com os outros, com vista à superação dos obstáculos e ao alcance eficaz dos objectivos preconizados. A liderança a este nível é uma questão de ética e profissionalismo. Aliás, de acordo com o Programa do Governo para a VII Legislatura, a ética na governação continuará a guiar a acção do Governo, com a devida responsabilização dos titulares de cargos políticos na gestão da coisa pública. O respeito pelos princípios éticos já é um grande passo em prol de uma liderança

efectiva e eficaz. Somos éticos quando fazemos, pelos outros, tudo o que podemos fazer, tudo o que está ao nosso alcance fazer.

Ética é isso, é a prática do bem até o limite das nossas forças. A arrogância, vaidade e atitudes rústicas não dignificam, de modo algum, a imagem de uma estrutura governativa, nem tão-pouco do líder. Pelo contrário, gera um clima de crispação sociopolítica que apenas corrompe a organização e o funcionamento do governo, além de alimentar um ambiente de desconfiança e insegurança que esmorece a credibilidade social do mesmo.

Na mesma linha de raciocínio, é extremamente importante sabermos distinguir liderança de gestão. Pois, nem sempre um bom gestor é um bom líder. É o caso de uma pessoa reunir certas habilidades técnicas e possuir conhecimentos aprofundados numa determinada área e não ser um bom líder, por não conseguir interagir com o grupo, de forma profícua, em direcção às finalidades predeterminadas. A maior parte das figuras políticas do nosso país ainda pensam de forma essencialmente hierárquica. Esquecem que o todo é composto por pequenas partes e a soma dos esforços é que estabelece a grandeza.

Sugerimos que o governo desenvolva programas com enfoque na capacitação das suas lideranças (desde os membros do Governo, Directores, coordenadores, etc.), dotando-as das ferramentas necessárias para bem exercitarem as suas funções, principalmente mostrando o que realmente um líder de verdade deve fazer, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade governativa e, consequentemente, do desenvolvimento integral do país.

Praia, 19 de Novembro de 2008  
Fábio Vieira



# FRAGMENTOS

**P**erde-se no tempo, o tempo em que São Vicente começara a trilhar por caminhos desconhecidos.

Sabe-se basicamente dum modelo centralizador que sufoca a ilha. Que não se dá bem com a diversidade.

Porém, trinta e três anos é tempo do são-vicentino assumir que a culpa do estado actual da sua ilha não se deve só a isso. A sua própria postura revela falta de aptidão (ou de interesse) para defender os seus interesses com ciência, vigor, oportunidade e... "esperteza".

Contrariamente ao que acontece um pouco por todo o país, em São Vicente, ninguém age ou reage desprezada e militantemente em defesa da ilha! Em nenhum momento, ninguém! Por uma razão qualquer, ninguém. Senão nas ruas, nos lugares de encontros casuais, onde todos se indignam, todos mandam as mesmas bocas.

E é este, o São Vicente de hoje. Um São Vicente que não argumenta. Que não se confronta. Que não se insurge.

Bem sei que é excessiva a massa crítica mindelense forçada a emigrar para a capital, fragilizando a capacidade reivindicativa da ilha, do Norte, do Barlavento e do país dum modo geral. Mas mesmo assim, pergunto-me porque sinto despartar em mim, e agora, essa sensação de incredulidade na minha ilha?

Fragmentos pois. Fragmentos de indícios que levam a temer que os mindelenses verdadeiramente capazes, estejam se acomodando.

Fragmentos de indícios que levam a questionar a qualificação de quem ficou para abraçar os desafios que se colocam à ilha.

Fragmentos de inquietações que me assaltaram na sequência duma leitura casual dum parecer vindo a público na edição nº 356 dum jornal da praça, intitulado "A ilusão óptica de alguns dirigentes de clubes de S. Vicente", da autoria dos Srs. Eduíno Lima e Armando Soares.

Sobre a matéria tratada (futebol), não me pronuncio. Seria imprudente para quem desconhece o assunto. Sobre os autores, idem aspas.

Todavia, sei que ser-se formado em Educação Física, seja com Licenciatura, Bacharel, Curso Médio, ou mesmo um Curso Profissionalizante (ex-5º ano + uma formação), não sendo tudo, deveria significar um pouco mais.

Do pequeno texto a que por algum entusiasmo apelidaram de "parecer técnico" (presume-se de "parecer", qualidade fundamentada, com base no rigor técnico e filosofia científica, mais a ética profissional), há passagens no mínimo, confrangedoras. Vejamo-las:

1ª) Defendem eles, por **cegueira intelec-**

**tual...**; 2ª) Como será possível esta **mania ou teimosia...**; 3ª) Não nos levem a mal mas **esta opinião dá-nos vontade de rir**. 4ª) O que é preciso é **parar com tanta ignorância, insensatez e parolice**. 5ª) É necessário que **não haja lugar para a mediocridade, para a ignorância atrevida, para comportamentos reaccionários**. 6ª) Pede-se aos autores da proposta de alargamento e seus ajudantes, **que se examinem a si próprios**. 7ª) Pode ser que **reconheçam que não estão a altura dos cargos que ocupam e se demitam**.

Sobressaem destas palavras, propósitos muito negativos, e a primeira pergunta que se coloca a quem lê o dito parecer é precisamente a mesma que os autores colocaram. Estarão eles (os autores do parecer) à altura? Estaremos perante muita fachada e pouca substância?

O chamado "parecer", é hostil ao ambiente intelectual e académico. Parece uma troca de mimos no interior dum botequim.

A violência verbal é evidente. Desenquadrada do contexto de "parecer".

Pessoalização, oportunismo e ajuste de contas. Escondendo-se atrás dum pedido de parecer, para atacar e desrespeitar dirigentes que pensam de modo diferente.

Intolerância, quando deixam entender que quem pensa diferente não entende da matéria.

Falta de consistência, evidenciada pela forma desorganizada e pouco sustentada como são expostas as ideias.

Ausência de atitude pedagógica.

Se além disso, não relevarmos algumas desatenções no português e alguém acreditar que representam a realidade mindelense, teremos motivos de sobra para nos preocuparmos.

Tivessem eles escrito um artigo onde manifestassem a sua opinião e o seu posicionamento, dessem asas ao seu descontentamento...e até...! Mas... querer dar "parecer", assim, sem qualquer ponderação dos riscos a que se expõem, coloca a seguinte preocupação: onde está a elite pensante mindelense? Aquela com qualificação comprovada, com nível cultural e intelectual credível, com peso de estudos, de leituras e de conhecimentos no seu saber, o suficiente para, de entre outras coisas, ser capaz de emitir pareceres com conteúdo sério, responsável e qualificado? Existe ou não existe?

São Vicente tem sérios e grandes desafios pela frente. Que jamais serão resolvidos se continuarmos a dar espaço para o "faz de conta", a promover a fragilidade e a banalizar a imagem da ilha.

São Vicente clama por ti, homem culto.

Suzete L. Santos

## Chumbos desastrosos no teste bolha-burla

**A**té custa crer que a *bolha* ferveu e entrou em ebulição na nossa sociedade sanvicentina!

Só escassos dias antes do comunicado na TV pelo jornalista do dia, jogadores e Adeco, é que tomei conhecimento dessa bolha-burla.

Bolha como sinónimo de ebulição? Multiplicação dos átomos pelo fornecimento de energia? Realmente a ebulição resultou em multiplicação... Mas foi pena que os nossos ludibriados não viram que essa bolha de dinheiro iria resultar numa burla.

O que me leva a fazer estas considerações, é porque lamentei muito, ver a pouca sabedoria do nosso povo, principalmente nos estratos do cume da pirâmide, entrando de chofre na panela de pressão, para igualar num abrir e fechar de olhos ...30=140, etc. etc. Quando é que se viu isto em Matemática? Tantos anos de estudo em faculdades, de norte a sul, oeste a este, isto é que aprendemos? Não, meus amigos, a matemática nos quatro cantos do mundo é igual - não varia com a latitude nem com a longitude.

Quando abordada pela primeira vez a entrar no jogo, usei esta verdade: (30 só pode ser igual a 30), caso contrário é *burla, cambalacho, desonestidade, ganância, tolice*, quando não se trabalhou para multiplicá-lo honestamente embora abro um parêntese (muitos agiram sem pensar, na inocência, talvez). Por isso não pretendo condenar ninguém, porque não há aprendizagem sem erros. Muitos, eu sei que aprenderam mais uma lição. Pelo menos uma das que me veio convidar, voltou

atrás arrependida, por não ter escutado o meu alerta, confessando-me que pedira a Deus perdão e nunca mais se meteria em tal.

Pela segunda vez, como era pessoa muito íntima, lancei-lhe "um pra trás de mim Satanás" quando rematou - "toda a gente joga bolha"

Mas falando sério: este jogo é diabólico, maligno, porque Deus não quer que ganhem nada em prejuízo do nosso próximo. Todo o ganho tem de ser resultante do nosso trabalho honesto, ganho com o nosso suor: caso contrário colheremos dividendos bem amargos, porque conforme a nossa sementeira assim será a nossa colheita. Aqui se aplica bem o ditado: "quem semeia vento colhe tempestade" - *lei universal da causa e do efeito*.

Espero que para a próxima, os meus conterrâneos tenham um pouco mais de bom senso, para pensar e analisar essas "estrelas cadentes" que nos fazem correr atrás como *Maria-vai-com-as outras* (deixando-se levar pela opinião dos outros).

Deixo um apelo àqueles que receberam a ebulição da bolha-burla que procurem os prejudicados ou os chumbados e reponham o excesso da entrega/recebimento, para que tenham um sono tranquilo, evitem acusações drásticas da sua consciência e uma colheita de tempestade na sua vida financeira e mais...

O grande sábio Salomão nos diz:

"Como pássaro no seu vaguear, e como a andorinha no seu voo, assim a maldição sem causa não virá".

Com amor  
Milu Leite.

## SECTOR DO LOTO

Concurso N°2008/47 de 23 de Novembro de 2008

### TOTOLOTO

Números Extraídos: 8 - 12 - 22 - 25 - 30 - 48

1.º Prémio.....7.631.405,50.....0.....(JACKPOT)  
2.º Prémio.....449.714,60.....9.....49.968  
3.º Prémio.....674.571,90.....241.....2.799

### JOKER

Número Premiado: 624152

1.º Prémio.....6.879.907,00.....0.....(JACKPOT)  
2.º Prémio.....103.600,10.....0.....(JACKPOT)  
3.º Prémio.....155.400,15.....4.....38.850  
4.º Prémio.....259.000,25.....51.....5.078

Previsão para esta semana (Concurso n° 48 de 30-11-08)

### TOTOLOTO

8 900 000\$00

### JOKER

7 500 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

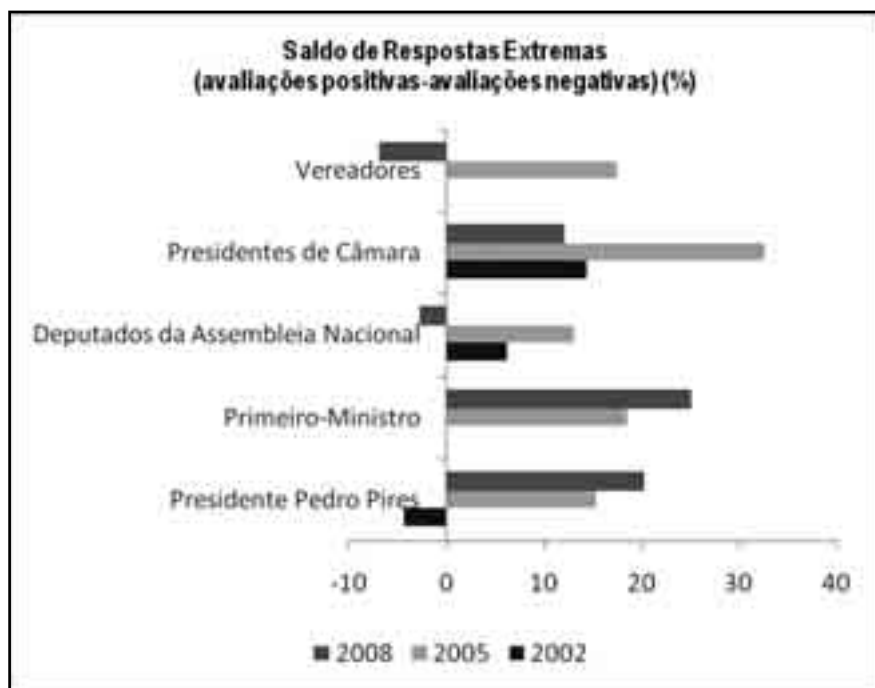


## O AFROBARÓMETRO REVELA:

# O Desempenho dos Eleitos

Os resultados do Afrobarómetro mostram que, embora a performance dos governos, locais ou nacionais, em especial a performance económica, entenda-se a liberalização dos mercados, a economia de mercado e capacidade de resposta das instituições, sejam importantes, a opção pelo regime democrático consolida-se em outros parâmetros, tal como já foi escrito em artigos anteriores. No entanto, a capacidade de resposta dos eleitos pode gerar mais crenças no regime democrático. Este artigo mostra a forma como os cabo-verdianos analisam a performance dos seus eleitos.

Avaliação da Performance dos Eleitos						
Áreas	2002		2005		2008	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presidente Pedro Pires	37	41	44	28	51	30
Primeiro-Ministro			47	29	55	30
Deputados da Assembleia Nacional	40	34	41	28	38	41
Presidentes de Câmara Vereadores	49	35	56	24	50	38
			43	25	38	45



Segundo os cabo-verdianos, os principais problemas do país, a que o Governo deveria dar prioridade na sua resolução, continuam a ser o desemprego e a pobreza. Esta constatação decorre desde 2002. Estes ambos são identificados em todos os domínios desse estudo, é no entanto o desemprego que é, considerado destacadamente como o principal problema. Em média este é identificado por 30% dos cabo-verdianos, com poucas oscilações ao longo dos anos. No entanto, a criminalidade e a insegurança vêm ganhando peso, sendo já o terceiro maior problema do país. Na Praia é o segundo maior problema, à frente da pobreza e muito perto do problema do desemprego.

## Desempenho do Governo

O controlo da inflação, a criação do emprego e a redução das desigualdades sociais são as áreas em que o Governo foi avaliado mais negativamente pelos cabo-verdianos, com aproximadamente 8 em cada 10 a considerarem que o Governo está a gerir mal/muito mal esses sectores. Outras áreas em que

o executivo teve desempenho negativo acentuado foram as da disponibilização de alimentos e do combate à criminalidade, com 68% e 64%, respectivamente, dos cabo-verdianos a afirmarem que o Governo esteve mal.

Os sectores sociais, designadamente da educação e da saúde em que o país conheceu melhorias consideráveis desde a independência, são aqueles em que a população entende que o Governo tem tido uma boa performance, com 57% e 48%, respectivamente, a assegurar que têm sido bem ou muito bem administrados.

A proporção dos indivíduos que demonstram o seu agrado com a forma como o Governo tem gerido a economia mantém-se praticamente estável desde 2002, ou seja, cerca de 1/3, ao mesmo tempo que cresceu a proporção dos que se sentem insatisfeitos, passando de 38% em 2005, para 49% em 2008. S. Vicente e Fogo, são as ilhas em que o Governo é avaliado positivamente nessa matéria, ao contrário da Praia, Interior de Santiago e de Santo Antão.

Relativamente ao combate ao desemprego, nota-se que aumentou em doze pontos percentuais a proporção dos que avaliaram negativamente o Governo, passando de 67% em 2005, para 79% actualmente. As vozes mais críticas surgem na Praia, com 83% a

assegurar que o desempenho do Governo tem sido baixo, seguido do Interior de Santiago com 79%. S. Vicente é a única ilha em que se registou uma diminuição na avaliação negativa, passando de 83% em 2005, para 77% em 2008. A crítica à incapacidade do governo em gerar mais postos de trabalho atravessa todos os grupos etários, com maior incidência entre os indivíduos com a idade compreendida entre os 25 e 54 anos.

No que diz respeito ao combate à inflação, constata-se que este é o item em que o Governo sofreu maior desgaste comparativamente a 2005, pois aumentou em 29 pontos percentuais a proporção dos que consideram que o Governo está a gerir mal ou muito mal a manutenção da estabilidade de preços, especialmente na Praia (86%) e em Santo Antão (85%). Os valores abaixo da média foram registados em S. Vicente (78%).

Cerca de 75% dos cabo-verdianos asseguram que o desempenho do Executivo em matéria de redução de diferença entre ricos e pobres tem sido fraco, não obstante os esforços encetados na luta contra a pobreza principalmente nas zonas rurais através do PNL. O sucesso dessa e de outras medidas de política dependem, entre outros aspectos, de uma maior promoção do acesso a um emprego remunerado, da garantia de um rendimento mínimo e do acesso aos serviços sociais de qualidade. Mais uma vez, os praienses mostram-se mais críticos em relação ao Governo, com 82% a avaliarem negativamente o Executivo nessa matéria, seguidos dos são vicentinos com 78%.

Quanto à redução da criminalidade, um dos temas que tem dominado a agenda política nos últimos tempos, aumentou em sete pontos percentuais a proporção dos cabo-verdianos que avaliam negativamente o desempenho do governo nesse campo, passando de 57% em 2005, para 64% em 2008. Nota-se que esse acréscimo se deve essencialmente ao aumento da percepção da insegurança na Praia. Aqui, 8 em cada 10 atribuem nota negativa ao Governo, contra 4 em cada 10 em Santo Antão. Em S. Vicente, pouco mais de metade da população expressaram essa opinião, contra 60% no Interior de Santiago.

O Governo foi favoravelmente avaliado na saúde, embora, comparativamente com 2005, a avaliação tenha sido menos favorável, tendo baixado de 53% para 48% aqueles que consideram positivamente a sua actuação. É em Santo Antão e em São Vicente que os indivíduos estão mais satisfeitos com o desempenho do Governo nesta área, com, respectivamente, 55% e 53%, ao contrário do Fogo, onde apenas 43% dão nota positiva ao executivo. Neste domínio, merece avaliação particularmente positiva o combate ao HIV/SIDA.

Na educação, apesar de se manter uma avaliação positiva, esta diminuiu relativamente a 2005, passando de 62% para 57% em 2008. Os mais satisfeitos neste domínio são os santantonenses (64%) e os sanvicentinos (62%) e menos no interior de Santiago com 47%. Na Praia, 59% avaliam o desempenho do executivo positivamente.

O grau de insatisfação com a performance do Governo nos itens acima referidos é maior na cidade da Praia, comparativamente aos demais domínios de estudo. Aliás, na Praia, o Governo mereceu nota positiva somente no sector da educação, enquanto que no da saúde a população se mostrou bastante dividida com 48% a avaliarem-no positivamente,

contra 47% que manifestaram posição contrária.

## Desempenho dos Municípios

A avaliação dos municípios tende a ser favorável no que diz respeito à manutenção das estradas, especialmente em São Vicente e na Praia. Neste domínio, a proporção de pessoas que avaliam positivamente o executivo camarário é de 78% e 60%, respectivamente. No entanto, esta avaliação positiva decresceu relativamente a 2005.

De destacar, no entanto, o equívoco que parece haver na medida em que, nesses dois domínios de estudo, a intervenção de referência foi feita pelo Governo e não tanto pelos municípios.

Relativamente aos restantes itens, a avaliação na Praia é negativa para 2008. Isso pode explicar parcialmente a perda de mandato do Presidente de Câmara cessante. Nestes itens, a avaliação positiva decresceu, por exemplo, na manutenção da limpeza nas comunidades, ou é mesmo negativa, na manutenção dos padrões de saúde nos restaurantes, barracas e mercados. Apenas em São Vicente e Santo Antão são globalmente positivos.

Em São Vicente, cerca de 4 em cada 5 (80%) inquiridos reconhecem pela positiva a manutenção dos mercados pela câmara municipal. Apenas em Santo Antão esta avaliação é maioritariamente positiva (56%). Em todos os restantes domínios de estudo ela é negativa, sendo que atinge no máximo 37% de opiniões favoráveis. No interior, essa proporção é de apenas 27%.

## Desempenho dos Eleitos

A avaliação dos eleitos tem sido muito variável. Na verdade, ao nível local há mesmo uma redução sensível das avaliações positivas acompanhadas de uma acentuada das avaliações negativas. Onde os municípios parecem mais generosos com a avaliação do poder local é em Santo Antão e São Vicente.

A análise das respostas extremas mostra que a avaliação dos deputados e dos vereadores passou, nos últimos anos, de uma avaliação com diferença positiva (respostas positivas-respostas negativas) para uma diferença negativa. A avaliação dos presidentes de câmara, embora se mantenha sempre com uma diferença positiva, reduziu-se em relação a 2002 e, sobretudo, reduziu-se de forma sensível em relação a 2005.

O Primeiro-Ministro é o único que se manteve sempre em terreno positivo, tendo mesmo aumentado o saldo positivo da avaliação realizada pelos cabo-verdianos. A performance do Primeiro-Ministro é claramente superior à performance do seu Governo. No entanto, a evolução mais sensível passou-se com o Presidente da República, tendo passado de um saldo negativo em 2002 para um saldo positivo em 2005 e 2008, estando os cabo-verdianos a avaliar cada vez mais positivamente a sua performance.

Afrobarómetro/Afrosondagem  
Para dúvidas ou esclarecimentos: [jasedmedo@yahoo.com.br](mailto:jasedmedo@yahoo.com.br); [colunas2005@yahoo.com](mailto:colunas2005@yahoo.com)